

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORÇAMENTO

MCA 170-1

**PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



ORÇAMENTO

MCA 170-1

**PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO COMANDO DA
AERONÁUTICA**

2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER Nº 14/CEMSEC, DE 13 DE ABRIL DE 2022.

Aprova o Manual que estabelece procedimentos e prazos referentes ao Processo Orçamentário do Comando da Aeronáutica.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XII e art. 11, incisos V e VII, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica (ROCA 20-5), aprovado pela Portaria nº 38/GC3, de 5 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do MCA 170-1 - PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO COMANDO DA AERONÁUTICA.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria EMAER nº 15/CEMSEC, de 24 de março de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 51, de 27 de março de 2020.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 074, de 20 de abril de 2022)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 CONCEITUAÇÃO	9
1.3 ÂMBITO	15
1.4 SIGLAS E ACRÔNIMOS	13
2 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	16
2.1 PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO (PPA)	18
2.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)	18
2.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	19
2.4 PLANO DE AÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA	19
2.5 SISTEMA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA - SISPLAER 3.0	22
2.6 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023	22
2.7 DEFINIÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS REFERENCIAIS MONETÁRIOS	22
2.8 INSERÇÃO DA PROPOSTA	23
2.9 EMENDAS PARLAMENTARES	23
2.10 CONTRATOS PLURIANUAIS DE DESPESA SUJEITOS À AUTORIZAÇÃO DO EMAER	24
2.11 ATESTADO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	26
2.12 UNIDADES GESTORAS VINCULADAS	28
3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	29
3.1 CRÉDITOS ADICIONAIS E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	29
3.2 FLUXO GERAL DO PROCESSO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	32
3.3 PRAZO PARA INSERÇÃO DE PEDIDOS SIOP	34
3.4 SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU URGÊNCIA	34
4 DESTAQUE DE CRÉDITO	35
4.1 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)	35
4.2 MISSÕES AÉREAS DE APOIO EXTERNO (MAAE)	36
4.3 COBRANÇA DE RESSARCIMENTOS	36
4.4 RESSARCIMENTOS DIVERSOS	37
4.5 DESCENTRALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DESTACADOS	37
4.6 EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS DESTACADOS	37
4.7 ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DESTACADOS	38
4.8 PROJETOS ESTRATÉGICOS/PRIORITÁRIOS SUPORTADOS POR DESTAQUE....	39
5 PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	40
5.1 ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DO ORÇAMENTO	40
5.2 PRINCÍPIOS	41
5.3 ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DO PLANO DE AÇÃO	42
5.4 INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO	42
6 PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PPA	46
6.1 MONITORAMENTO DO PPA 2020-2023	47
7 DISPOSIÇÕES FINAIS	50

REFERÊNCIAS	51
ANEXO A.....	54
ANEXO B.....	55
ANEXO C.....	57
ANEXO D.....	59
ANEXO E.....	61

PREFÁCIO

A dinâmica do Orçamento do Governo Federal requer a constante revisão das instruções afetas à matéria, de modo que os elos do sistema sejam abastecidos dos conhecimentos indispensáveis ao planejamento, à coordenação e ao acompanhamento orçamentário, alinhados com as orientações emanadas da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), do Ministério da Defesa (MD) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério da Economia (ME).

A atualização deste Manual traz orientações a respeito do planejamento, coordenação e acompanhamento orçamentário, apresentando premissas que permitem:

- a) identificar o orçamento como instrumento de viabilização do planejamento do COMAER;
- b) enfatizar a análise finalística do gasto público, tornando o orçamento um instrumento efetivo de programação, possibilitando o acompanhamento e avaliação das ações;
- c) o acompanhamento das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, nos termos estabelecidos no Art. 9º, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e também de acordo com a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Novo Regime Fiscal);
- d) conhecer o ciclo orçamentário (Anexo A) desenvolvido como processo permanente de análise e decisão no decorrer de todo o exercício fiscal;
- e) avaliar a execução orçamentária com o fim de subsidiar a elaboração da proposta orçamentária, baseada em relatórios gerenciais, conferindo racionalidade ao procedimento; e
- f) atualizar as previsões de receita e a fixação de despesas, de modo a contribuir para o atingimento das metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Além disso, o MCA 170-1 contém os conceitos e procedimentos referentes ao planejamento orçamentário do COMAER, bem como a coordenação, o acompanhamento, o ajuste de previsão e as retificações no planejamento do exercício financeiro.

Ademais, foi considerada a estrutura programática instituída no Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023, assim como, no Cadastro das Ações e Planos Orçamentários (PO) sob a responsabilidade do COMAER, conforme as orientações emanadas pela SOF/ME.

Nesse sentido, cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) a coordenação do processo de elaboração do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PA), PCA 11-44, documento que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Aeronáutica. As alterações que venham a ocorrer após a publicação da LOA, em decorrência de Créditos Adicionais, da reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários, de outras alterações orçamentárias, bem como do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) e/ou de suas alterações, decorrentes dos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, e que tenham impacto no Plano de Ação do Comando da Aeronáutica, serão realizadas pelo EMAER e informadas aos Órgãos de

Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), por meio dos seus setores de planejamento, orçamento e gestão (SPOG), e aos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário, designados por meio de Portaria específica.

Por fim, o processo orçamentário do COMAER reveste-se de alta relevância, porquanto, estando integrado ao Plano Plurianual da União (PPA) 2020-2023, à Estratégia Nacional de Defesa (END), ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), à Diretriz de Planejamento Institucional (DIPLAN) e aos Planos Setoriais dos ODSA (PLANSET), viabiliza a concretização dos anseios da Força Aérea Brasileira, dando vida aos Projetos e Atividades desenvolvidos por todas as Organizações Militares do COMAER.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Este Manual tem por finalidade regular e divulgar os procedimentos referentes ao planejamento orçamentário do Comando da Aeronáutica, às solicitações de créditos adicionais, de reabertura de créditos especiais ou extraordinários e de outras alterações orçamentárias da LOA, à descentralização, acompanhamento da execução e prestação de contas dos créditos externos recebidos por meio de Destaque, ao acompanhamento da execução orçamentária das Ações Orçamentárias constantes da LOA e respectivos Planos Orçamentários.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para efeito deste Manual, consideram-se as conceituações contidas nas documentações normativas do Comando da Aeronáutica e no Manual Técnico do Orçamento (MTO), conforme abaixo:

1.2.1 AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um Programa. Incluem-se também no conceito de Ação Orçamentária as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.

1.2.1.1 ATIVIDADE

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

1.2.1.2 PROJETO

Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.

1.2.1.3 OPERAÇÕES ESPECIAIS

Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

1.2.2 AGENTE RESPONSÁVEL POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA E/OU PLANO ORÇAMENTÁRIO

É o Agente da Administração formalmente designado, por meio de Portaria do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER), para exercer cargo e/ou função vinculado à Ação Orçamentária constante da LOA e/ou respectivos Planos Orçamentários

(PO), sob a responsabilidade do COMAER, incumbido do planejamento e gerenciamento de sua execução e do controle de sua evolução (resultados).

1.2.3 AGENTE AUXILIAR DE AÇÃO ORÇAMENTÁRIA E/OU PLANO ORÇAMENTÁRIO

É o Agente da Administração formalmente designado para assessorar tecnicamente e apoiar administrativamente o Agente Responsável por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário.

1.2.4 CONTRATO PLURIANUAL DE DESPESA

São contratos administrativos relativos aos projetos com previsão no plano plurianual, em conformidade com o Art. 167, § 1º, da CF/1988 e Art. 105, da Lei nº 14.133/2021. No âmbito do Comando da Aeronáutica, os contratos plurianuais deverão constar do Plano de Ação Plurianual do Comando da Aeronáutica (PCA 11-110).

1.2.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA CONTÍNUA

São contratos administrativos celebrados com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, em conformidade com o Art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.6 FUNÇÃO

É o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do Órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.

1.2.7 META FÍSICA

A meta física é a quantidade de produto a ser ofertado por Ação Orçamentária, de forma regionalizada, e instituída para o exercício. As metas físicas são indicadas em nível de subtítulo. Ressalte-se que a territorialização das metas físicas é expressa nos localizadores de gasto previamente definidos para a Ação Orçamentária.

1.2.7.1 META FÍSICA NECESSÁRIA

É a quantidade de produto a ser realizado por Ação Orçamentária, de forma regionalizada, necessária para o pleno cumprimento da missão constitucional da Força Aérea Brasileira.

1.2.7.2 META FÍSICA PLANEJADA

É a quantidade de produto a ser realizado por Ação Orçamentária, de forma regionalizada, e instituída para o exercício, condicionada ao referencial monetário disponibilizado pela SOF/ME.

1.2.7.3 META FÍSICA REALIZADA

É a quantidade de produto efetivamente realizado por Ação Orçamentária, de forma regionalizada, em um determinado exercício.

1.2.8 ORÇAMENTO POR RESULTADO (OPR)

Orçamento por Resultado é um sistema em que o orçamento de uma instituição, órgão ou empresa está diretamente vinculado à obtenção de um resultado específico e pré-determinado. Desta forma, procura-se evitar a alocação inadequada dos recursos financeiros ou mesmo o seu desperdício, utilizando-se de indicadores para se realizar o controle e ajustes necessários.

1.2.9 PLANO ORÇAMENTÁRIO

É uma identificação orçamentária parcial ou total de uma Ação Orçamentária, de caráter gerencial (não constante na LOA), vinculada à Ação Orçamentária, que tem por finalidade permitir que, tanto a elaboração do Orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto.

1.2.10 PLANO INTERNO

É um instrumento de planejamento que permite o detalhamento pormenorizado de dotações orçamentárias para atender ao planejamento, coordenação e acompanhamento gerencial interno da execução orçamentária de uma programação.

1.2.11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA - SISPLAER 3.0

É o sistema informatizado que tem por finalidade automatizar o processo de planejamento, coordenação e acompanhamento dos dados inerentes ao processo orçamentário, no âmbito do COMAER, disponibilizado às UGR participantes do processo, aos ODS e GABAER, e aos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário e seus Agentes Auxiliares, por meio de acesso à INTRAER, no endereço <http://www.sti.intraer/index.php/sisplaer.html>, no Módulo Orçamento, bem como na página do EMAER, disponível em www.emaer.intraer, no link Sistemas na opção SISPLAER.

1.2.12 SUBFUNÇÃO

Representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental.

1.2.13 UNIDADE ADMINISTRATIVA (UA)

É a OM, ou fração de OM, encarregada, por atos legais, da gerência de patrimônio e de recursos creditícios ou financeiros a ela especificamente atribuídos, no todo ou em parte. Está estruturada para o exercício de administração própria e tem competência para gerir bens da União e de terceiros e à qual foi concedida autonomia ou semiautonomia administrativa.

1.2.14 UNIDADE GESTORA (UG)

É a denominação genérica de Unidade Administrativa.

1.2.15 UNIDADE GESTORA DE CONTROLE (UG CONTROLE)

Função do SIAFI atribuída a OM ou fração de OM que não executa lançamentos no SIAFI, identificada nesse sistema apenas para efeitos de controle de gerenciamento de dados, podendo estar vinculada a uma UG EXEC ou a uma UG CRED.

1.2.16 UNIDADE GESTORA CREDORA (UG CRED)

Função do SIAFI atribuída a Unidade encarregada por atos legais, de gerência de patrimônio ou de recursos creditícios ou financeiros a ela especificamente atribuída, no todo ou em parte, mas que não executam os seus lançamentos e não possuem saldos contábeis no SIAFI, dependendo do apoio de uma UG Executora (UG EXEC), para registro das execuções orçamentárias, financeiras ou patrimoniais.

1.2.17 UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UG EXEC)

É encarregada por atos legais, de gerência de patrimônio ou de recursos creditícios ou financeiros a ela especificamente atribuídos, no todo ou em parte, cujos atos e fatos devem ser registrados no SIAFI. A UG EXEC poderá apoiar outra(s) UG CRED no gerenciamento do patrimônio e dos recursos alocados a esta(s), efetuando, obrigatoriamente, os lançamentos no SIAFI. O planejamento das atividades, a gestão, a execução e o controle do Plano de Ação ou Plano de Obras ou outros, a utilização dos recursos, a determinação das suas necessidades e a realização dos dispêndios, a solicitação de bens e serviços para a sua manutenção, dentre outros aspectos, caberá à respectiva UG apoiada, que compartilhará a responsabilidade do controle e da fiscalização dos atos emanados da administração da apoiada com a administração da UG de apoio, observadas as esferas de competência do RADA-e. Os lançamentos de execução, no SIAFI, das UG CRED apoiadas ficarão exclusivamente por conta da UG EXEC de apoio.

1.2.18 UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL (UGR)

Unidade Gestora que recebe parte do orçamento do COMAER, fazendo parte do Plano de Ação (PCA 11-44). Essa UG participa de todas as fases orçamentárias de planejamento, coordenação e acompanhamento, sendo responsável pelas informações prestadas.

1.2.19 UNIDADE GESTORA VINCULADA (UGV)

Unidade Gestora do COMAER que se encontra vinculada a uma UGR, para efeitos de orçamento, não fazendo parte diretamente do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44).

1.2.20 SETOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SPOG)

O Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão dos ODS e do GABAER é o elo de comunicação desses órgãos com o EMAER, nos assuntos relacionados ao planejamento, coordenação e acompanhamento orçamentário, responsável por gerir, orientar e consolidar as questões orçamentárias de todas as OM subordinadas.

1.2.21 DESTAQUE OU DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE CRÉDITO

É a operação descentralizadora de crédito orçamentário pela qual um Ministério ou Órgão transfere para outro o poder de utilização dos créditos que lhes foram dotados.

1.2.22 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

É o Instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional e a estrutura programática.

1.2.23 MISSÃO AÉREA DE APOIO EXTERNO (MAAE)

Missão Aérea realizada pelo COMAER em proveito de Órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal), de Organizações da Sociedade Civil e de Entidades Privadas da Base Industrial de Defesa (BID), mediante o compromisso de indenização dos custos associados à sua operacionalização, nos termos da DCA 55-42/2020 - Missões Aéreas de Apoio Externo (MAAE).

1.2.24 RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS

Relatório que descreve como o crédito recebido por meio do Destaque foi utilizado. Tal relatório tem por finalidade subsidiar a avaliação do aspecto creditício-financeiro da execução do recurso e comprovar que a execução tem relação direta com o objeto previsto.

1.3 SIGLAS E ACRÔNIMOS

1SC/EMAER	-	Primeira Subchefia do EMAER
2SC/EMAER	-	Segunda Subchefia do EMAER
3SC/EMAER	-	Terceira Subchefia do EMAER
4SC/EMAER	-	Quarta Subchefia do EMAER
5SC/EMAER	-	Quinta Subchefia do EMAER
6SC/EMAER	-	Sexta Subchefia do EMAER
7SC/EMAER	-	Sétima Subchefia do EMAER
ADO	-	Atestado de Disponibilidade Orçamentária
ADOCC	-	Atestado de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado
SPOG	-	Setor de Planejamento, Orçamento e Gestão dos ODSA
BCA	-	Boletim do Comando da Aeronáutica
CENCIAR	-	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CF	-	Constituição Federal
CFIAe	-	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CMO	-	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
COMAER	-	Comando da Aeronáutica
COMAE	-	Comando de Operações Aéreas
CMTAER	-	Comandante da Aeronáutica
COMGAP	-	Comando-Geral de Apoio

COMGEP	-	Comando-Geral de Pessoal
COMPREP	-	Comando de Preparo
DCA	-	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCTA	-	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DECEA	-	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DIPLAN	-	Diretriz de Planejamento Institucional
DIREF	-	Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
DOPEMAII	-	Doutrina, Organização, Pessoal, Educação, Material, Adestramento, Infraestrutura e Interoperabilidade
EGE	-	Escritório de Governança Executiva do Estado-Maior da Aeronáutica
EMAER	-	Estado-Maior da Aeronáutica
END	-	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	-	Força Aérea Brasileira
FINOR	-	Ficha de Informação de Necessidades Orçamentárias
GABAER	-	Gabinete do Comando da Aeronáutica
GND	-	Grupo de Natureza de Despesa
ICA	-	Instrução do Comando da Aeronáutica
IOPFA	-	Indicador de Operacionalidade das Forças Armadas
IPP	-	Investimentos Plurianuais Prioritários
INTRAER	-	Intranet do Comando da Aeronáutica
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
LOAS	-	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	-	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCA	-	Manual do Comando da Aeronáutica
MAAE	-	Missão Aérea de Apoio Externo
MD	-	Ministério da Defesa
ME	-	Ministério da Economia
MTO	-	Manual Técnico de Orçamento
MTPPA	-	Manual Técnico do Plano Plurianual
ODGSA	-	Órgão de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
ODS	-	Órgão de Direção Setorial
ODSA	-	Órgão de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OPR	-	Orçamento por Resultado
PBC	-	Planejamento Baseado em Capacidades
PA	-	Plano de Ação do Comando da Aeronáutica

PEMAER	-	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PFV	-	Programa de Fortalecimento de Valores
PI	-	Plano Interno
PLOA	-	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLANSET	-	Plano Setorial
PO	-	Plano Orçamentário
PPA	-	Plano Plurianual da União
PPAer	-	Plano de Ação Plurianual do Comando da Aeronáutica
PTA	-	Programa de Trabalho Anual
RI	-	Resultados Intermediários
RP	-	Resultado Primário
SEFA	-	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SEORI	-	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira
SILOMS	-	Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SIOP	-	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISCEAB	-	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISCODEC	-	Sistemas de Controle de Descentralização de Créditos
SISPLAER 3.0	-	Sistema de Planejamento Institucional da Aeronáutica
SOF/ME	-	Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia
SUFIN	-	Subdiretoria de Administração Financeira (DIREF)
SUCONV	-	Subdiretoria de Contratos e Convênios (DIREF)
SPGIA	-	Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional do Comando da Aeronáutica;
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TED	-	Termo de Execução Descentralizada
UA	-	Unidade Administrativa
UG	-	Unidade Gestora
UG CRED	-	Unidade Gestora Credora
UG EXEC	-	Unidade Gestora Executora
UGR	-	Unidade Gestora Responsável
UO	-	Unidade Orçamentária
UGV	-	Unidade Gestora Vinculada

1.4 ÂMBITO

Este Manual aplica-se a todas as Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica e CFIAe envolvidas no ciclo orçamentário do COMAER.

2 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o próximo exercício deverá seguir as orientações constantes neste manual e na ICA 170-2/2022, estar alinhado com os documentos de nível superior do planejamento institucional (Concepção Estratégica, PEMAER e DIPLAN), bem como servir de subsídio para a execução das demais etapas da Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA): Plano Setorial (PLANSET) e Programa de Trabalho Anual (PTA).

Tal processo envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação dos agentes. Esse processo compreende a participação do EMAER, dos ODS, dos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário e das UGR, o que pressupõe a constante necessidade de tomadas de decisões nos seus vários níveis. Para nortear o desenvolvimento desse processo, o EMAER utiliza as seguintes premissas:

- a) o Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44) visto como instrumento de viabilização do planejamento institucional do Comando da Aeronáutica;
- b) ênfase na análise dos resultados dos gastos do COMAER, transformando o orçamento em instrumento efetivo de programação, de modo a possibilitar a implantação da avaliação das ações;
- c) acompanhamento das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, nos termos do Art. 9º, § 2º, da LRF;
- d) ciclo orçamentário desenvolvido como processo contínuo de análise e decisão ao longo de todo o exercício;
- e) avaliação da execução orçamentária, por meio do processo de acompanhamento físico-financeiro, com o objetivo de subsidiar a elaboração da proposta orçamentária, com base em indicadores de eficiência e eficácia, conferindo racionalidade ao processo; e
- f) elaboração do Plano de Ação da Aeronáutica (PCA 11-44), realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade.

No que concerne especificamente à elaboração da proposta orçamentária, esta deverá estar compatível com o PPA 2020-2023, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os ditames da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, que vigorará por vinte exercícios financeiros, por meio da inclusão dos Arts. 106 a 114 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Com vistas a atender as limitações impostas, as regras de negócio do COMAER devem seguir uma prioridade que potencialize o efeito sobre as capacidades que a Força Aérea Brasileira demanda, privilegiando, dentre outros, a prontidão operacional, a capacidade de dissuasão e a infraestrutura logística de apoio.

Neste contexto, foram apontadas algumas premissas, constantes da DCA 11-118 (DIPLAN), e que devem permear o processo de elaboração da Proposta Orçamentária:

- a) garantir o esforço aéreo de 120.000 (cento e vinte mil) horas de voo anuais;

- b) direcionar esforços para a aquisição e a correta gerência do ciclo de vida de armamentos e sistemas d'armas, no tempo necessário para garantir a prontidão operacional e a consequente capacidade dissuasória, concomitante à entrada de operação das aeronaves F-39 GRIPEN;
- c) buscar a capacitação total da Força na área de Defesa Cibernética, através de ações de captação de recursos humanos, adequação de currículos nos cursos de formação, difusão de sua doutrina nas Organizações Militares, bem como a inclusão de sua metodologia em todos os planejamentos de Operações e Exercícios Militares e o seu emprego na rede de Comando e Controle do COMAER;
- d) garantir que os resultados obtidos pelo Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), aqui considerados os fatores de doutrina, organização, pessoal, educação, material, adestramento, infraestrutura e interoperabilidade (DOPEMAII), norteiem todas as ações de pesquisa, desenvolvimento, preparo, emprego, capacitação, entre outros, bem como os estudos que tenham por objetivo o reequipamento da Força;
- e) garantir ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) recursos financeiros que não comprometam a qualidade e a operacionalidade do controle do tráfego aéreo realizado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);
- f) preservar as atividades de vida vegetativa das Unidades em níveis de funcionalidade básica, definidos a partir de análises de custos dos anos anteriores, realizada pela Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) ou setor de domínio destas informações dentro da estrutura do COMAER;
- g) realizar o acompanhamento das despesas empenhadas e não liquidadas, de forma a reduzir, o máximo possível, o montante de restos a pagar inscritos para execução no ano seguinte;
- h) preservar a execução dos contratos em andamento, especialmente os internacionais, atribuindo-lhes valores que garantam a sua continuidade, dentro das eventuais limitações impostas pelo orçamento disponível projetado;
- i) preservar, dentro do possível, os recursos dos projetos que estão próximos de seu encerramento;
- j) priorizar a continuidade das obras de engenharia iniciadas, evitando qualquer tipo de paralisação que leve ao desperdício de recursos públicos;
- k) otimizar a quantidade de projetos aeronáuticos e bélicos, com vistas à racionalização de custos de sustentabilidade da frota, desde que isso não acarrete prejuízos à operacionalidade da FAB;
- l) projetar orçamento futuro e taxas de câmbio considerando as mesmas premissas utilizadas pelo Ministério da Economia;
- m) projetar os custos dos projetos não iniciados com base na projeção inflacionária e, daqueles em andamento, a partir das cláusulas de reajuste previstas em contrato;

- n) analisar criteriosamente o início de novos projetos, a fim de evitar impactos negativos naqueles já em andamento;
- o) priorizar as atividades finalísticas em relação às atividades de gestão e suporte;
- p) priorizar os cortes, contingenciamentos e/ou redução na projeção de valores para projetos que possam ser postergados para o(s) exercício(s) seguinte(s), sem comprometer os processos finalísticos do COMAER;
- q) priorizar os recursos provenientes de suplementação ou transferência de outros órgãos governamentais para custeio de despesas de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico (Ação 2048), Combustíveis e Lubrificantes de Aviação (Ação 2868), Administração da Unidade (Ação 2000), ou ainda alocando recursos em ações que sofreram maiores restrições orçamentárias naquele exercício;
- r) adotar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, minimizando a possibilidade de questionamentos dos órgãos de controle externo; e
- s) as ações referentes ao Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV), deverão balizar as diretrizes e, por conseguinte, todas atividades dos Comandantes das Organizações Militares, como forma de trabalhar e desenvolver os Valores da Instituição.

Tudo que é arrecadado e gasto pelos três Poderes da União precisa estar previsto em lei e ser fiscalizado pelo Congresso Nacional. As principais leis orçamentárias são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Elas são encaminhadas pelo presidente da República, alteradas e votadas pelos deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), em sessão conjunta do Congresso Nacional. Depois, seguem para o aval da Presidência da República para se transformar em lei. Após essa etapa, os recursos podem ser liberados pelo governo federal.

2.1 PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO (PPA)

O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

2.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A LDO estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Instituída pela Constituição Federal/1988, a LDO é o instrumento norteador da elaboração da LOA e, conseqüentemente, do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44) na medida em que dispõe, para cada exercício financeiro sobre:

- a) as metas e as prioridades da administração pública federal;
- b) a estrutura e a organização dos orçamentos;
- c) as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União;
- d) as disposições relativas às transferências;
- e) as disposições relativas à dívida pública federal;
- f) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes;
- g) a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;
- h) as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação;
- i) as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; e
- j) as disposições relativas à transparência.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à LDO a responsabilidade de tratar de outras matérias, tais como:

- a) estabelecimento de metas fiscais;
- b) fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira;
- c) publicação da avaliação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores civis e militares;
- d) avaliação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador e projeções de longo prazo dos benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- e) margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada; e
- f) avaliação dos riscos fiscais.

2.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A LOA estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). O Orçamento da União é um instrumento que ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

2.4 PLANO DE AÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44) é o documento síntese do processo de planejamento institucional da Aeronáutica, contendo o detalhamento da Lei Orçamentária Anual (LOA). Inclui os créditos disponibilizados nas Unidades Orçamentárias sob responsabilidade do Comando da Aeronáutica.

O referido Plano tem por finalidade apresentar as dotações orçamentárias distribuídas por meio dos Programas, Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários (PO)

disponibilizados para o exercício. Desta forma, o Plano de Ação do Comando da Aeronáutica informará as dotações específicas, com ou sem ajustes, fundamentadas nas estimativas de receitas e nas fixações de despesas consolidadas na LOA para o exercício.

2.4.1 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

O processo de elaboração do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica segue a seguinte sequência:

- a) a captação, no SISPLAER 3.0, das necessidades orçamentárias, por Ação Orçamentária/UGR;
- b) análise e discussão com os ODS, considerando, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias (obtidas no Módulo de Acompanhamento Físico-Financeiro do Orçamento no SISPLAER 3.0);
- c) detalhamento, no SISPLAER 3.0, da proposta, por Ação Orçamentária/UGR, com base nos pré-limites (Fase I) estipulados pela SOF/ME e SEORI/MD;
- d) detalhamento, no SISPLAER 3.0, da proposta, por Ação Orçamentária/UGR, com base nos referenciais monetários (Fase II) estipulados pela SOF/ME e SEORI/MD; e
- e) lançamento, no SIOP, das propostas orçamentárias das Unidades Orçamentárias (Fase II).

A 5SC/EMAER disponibilizará, no SISPLAER 3.0, o Plano de Ação (Base PLOA) em até 20 (vinte) dias após o envio do PLOA ao Congresso Nacional, com base nos valores estabelecidos no PLOA, a fim de orientar a atualização da DIPLAN e dos Planos Setoriais dos ODS com vigência a partir do ano seguinte.

Os valores das dotações indicados Plano de Ação (Base PLOA) poderão sofrer alterações em virtude da tramitação do orçamento no Congresso Nacional.

O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica deverá ser submetido à assinatura do CMTAER e publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica em até 30 (trinta) dias após a publicação da LOA 2023 no Diário Oficial da União.

No período compreendido entre a publicação da LOA 2023 no Diário Oficial da União e a publicação do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica no Boletim do Comando da Aeronáutica, fica a DIREF/SUFIN autorizada a descentralizar créditos, com base no Plano de Ação (Base PLOA), limitados a 1/12 (um doze avos) por mês, do total de crédito alocado, em cada Ação Orçamentária, às UGR.

No caso de não votação do PLOA até 31 DEZ 2022, as regras descritas na LDO 2023 servirão como parâmetro para a execução orçamentária até a publicação da LOA 2023 no Diário Oficial da União. Nesse caso, a 5SC/EMAER enviará um Ofício aos ODS detalhando as regras para a execução orçamentária.

2.4.2 ETAPAS E PRODUTOS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA

Quadro 1 - Etapas e Responsáveis pelo Processo do Plano de Ação do COMAER.

ETAPAS	RESPONSÁVEIS	PRODUTO	PRAZO
Planejamento do Processo de Elaboração	- SSC/EMAER	- Definição da estratégia do processo de elaboração - Etapas, produtos e Agentes responsáveis no processo - Papel dos Agentes - Metodologia de projeção de receitas e despesas - Fluxo do Processo - Instruções para detalhamento da Proposta Orçamentária	De fevereiro até julho
Publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) da ICA 170-2 - Proposta Orçamentária para o Exercício 2023	- CEMAER - SSC/EMAER	- Normatização do processo de elaboração da Proposta Orçamentária do Comando da Aeronáutica para o Exercício Financeiro de 2023	Até segunda quinzena de março
Publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) do MCA 170-1 - Processo Orçamentário do Comando da Aeronáutica	- CEMAER - SSC/EMAER	- Estabelecimento das orientações para o planejamento orçamentário no âmbito do COMAER; procedimentos referentes às solicitações de créditos adicionais, de reabertura de créditos especiais ou extraordinários e de outras alterações orçamentárias da LOA; procedimentos referentes à descentralização, acompanhamento da execução e prestação de contas dos créditos externos recebidos por meio de Destaque; procedimentos de acompanhamento físico-financeiro da execução orçamentária das Ações Orçamentárias constantes da LOA e respectivos Planos Orçamentários.	Até segunda quinzena de março
Revisão da Estrutura Programática	- SSC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis	- Captação no SISPLAER 3.0 da Fase Qualitativa: Ação Orçamentária / Plano Orçamentário / Plano Interno	Até segunda quinzena de abril
Elaboração da Proposta - Captação	- SSC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis	- Captação no SISPLAER 3.0 da proposta, por Ação Orçamentária/UGR, análise e discussão com os ODS, considerando, quando for o caso, informações sobre a execução física das ações orçamentárias (obtidas no Módulo de Acompanhamento Físico-Financeiro do Orçamento no SISPLAER).	Conforme data a ser estabelecida na ICA 170-2
Elaboração da Proposta - Fase I (pré-limite)	- SSC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis	- Detalhamento no SISPLAER 3.0 da proposta, por Ação Orçamentária/UGR, com base nos pré-limites estipulados pela SOF/ME e SEORI/MD.	Conforme data a ser estabelecida em Portaria SOF/ME
Elaboração da Proposta - Fase II (Referencial Monetário)	- SSC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis	- Detalhamento no SISPLAER 3.0 da proposta, por Ação Orçamentária/UGR, com base nos referenciais monetários estipulados pela SOF/ME e SEORI/MD.	Conforme data a ser estabelecida em Portaria SOF/ME
Captação da Proposta Orçamentária das UO do COMAER	- SSC/EMAER	- Proposta orçamentária das Unidades Orçamentárias (Fase II), detalhada no SIOP	Conforme data a ser estabelecida em Portaria SOF/ME
Detalhamento das Ações Orçamentárias constantes do PLOA	- SSC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis	- Detalhamento no SISPLAER 3.0 das Ações Orçamentárias constantes do PLOA	Até a primeira quinzena de setembro
Divulgação do Plano de Ação (Base PLOA)	- SSC/EMAER	- Divulgação, em formato digital, por meio do SISPLAER 3.0, do Plano de Ação (Base PLOA) para a atualização da	20 dias após o envio do PLOA ao Congresso

		DIPLAN/PLANSE/PTA	Nacional
Proposição de Emendas Individuais e/ou Coletivas	- 5SC/EMAER - SPOG - Agentes Responsáveis - UGR - ASPAER	- Detalhamento no SISPLAER 3.0 das solicitações de Emendas Individuais e Coletivas a serem apresentadas aos parlamentares, por meio da ASPAER.	Até 01 de maio de 2022
Tratativas com a CMO/CRE/CREDN - Emendas/PLOA	- 5SC/EMAER - ASPAER	- Reuniões com o Presidente, Relator Geral/Setorial da CMO/CRE/CREDN para ajustes no PLOA (recomposição/expansão/mensagens modificativas)	De outubro a dezembro
Publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) do PCA 11-44 - Plano de Ação do Comando da Aeronáutica	- CMTAER - CEMAER - 5SC/EMAER	- Assinatura do Comandante da Aeronáutica na Portaria de Aprovação do PCA 11-44 e publicação no BCA em até 30 (trinta) dias após a publicação no DOU da LOA.	Até 30 dias após a publicação da LOA no Diário Oficial da União

Fonte: Estado Maior da Aeronáutica - EMAER.

2.5 SISTEMA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA - SISPLAER 3.0

2.5.1 O processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício seguinte será operacionalizado por meio do SISPLAER 3.0 e terá como principais metas:

- a) elaborar um orçamento com foco nos resultados que serão entregues à sociedade. O SISPLAER 3.0 permitirá a identificação e acompanhamento das metas físicas necessárias, planejadas e realizadas das Ações Orçamentárias;
- b) estabelecer um fluxo institucional que possibilite a efetiva participação no processo de elaboração da Proposta Orçamentária dos Agentes Responsáveis por Plano Orçamentário, dos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária, das UGR (Ação 2000) e dos ODS, com interferências sucessivas e decisórias; e
- c) alinhar o orçamento e seus resultados com os preceitos da Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA), com as metas do Plano Plurianual (PPA) e com a Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END).

2.6 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual tem como norma norteadora a ICA 170-2/2022, que dispõe sobre as instruções para a elaboração da Proposta Orçamentária do Comando da Aeronáutica para o Exercício Financeiro vindouro.

2.7 DEFINIÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS REFERENCIAIS MONETÁRIOS

2.6.1 Uma vez estabelecidos os referenciais monetários pela SOF/ME e divulgados pela SEORI/MD, a 5SC/EMAER informará aos Setores de Planejamento, Orçamento e Gestão dos ODS, bem como aos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário, os limites específicos das Ações Orçamentárias do COMAER para detalhamento no SISPLAER 3.0.

2.6.2 Os Agentes Responsáveis pelas Ações Orçamentárias e/ou Plano Orçamentário deverão considerar no ajuste e detalhamento dos limites das Ações/PO de que trata este item, o fato de

que, ao final do exercício, os passivos financeiros decorrentes de obrigações orçamentárias da Fonte 49 não poderão superar os ativos financeiros existentes na referida Fonte.

2.8 INSERÇÃO DA PROPOSTA

Uma vez realizados os ajustes no planejamento orçamentário das Ações Orçamentárias, a 5SC/EMAER providenciará a consolidação dos dados registrados no SISPLAER 3.0 para inserção das informações no SIOP.

2.9 EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas ao orçamento são subordinadas a normas rígidas quanto ao seu conteúdo e objetivos, estabelecidas pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/00) e pela Lei nº 4.320/64 e, ainda, pela Resolução nº 1, de 2006-CN, alterada pela Resolução nº 3, de 2015-CN, que dispõe sobre sua classificação, tipo e diretrizes gerais.

Existem quatro tipos de emendas à despesa: emenda parlamentar individual (RP 6), emenda parlamentar de bancada (RP 7), emenda parlamentar de comissão (RP 8) e emenda parlamentar do relator-geral (RP 9).

Os ODS deverão estabelecer como prioridade a execução dessas emendas, tendo em vista que a ASPAER necessita que, até 1º de setembro de cada Exercício Financeiro, elas estejam integralmente empenhadas, a fim de se prestar contas aos Parlamentares, autores das Emendas. Cada Unidade Gestora beneficiada com recursos de emendas deve remeter à 5SC/EMAER, até o dia 1º de setembro do exercício, um relatório discriminando a situação da execução orçamentária e física de cada emenda.

2.9.1 MARCOS DA EXECUÇÃO

Com objetivo de realizar um acompanhamento tempestivo da execução orçamentária e financeira das emendas aprovadas, de forma que estas possam atender aos objetivos e anseios da FAB, foram instituídos os MARCOS DE EXECUÇÃO, que consistem em datas pré-estabelecidas para a realização das diversas atividades relacionadas à execução das emendas, tendo como marco inicial a aprovação da PCA 11-44, conferindo assim maior transparência e garantindo maior envolvimento de todos os partícipes, como demonstra o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Prazos referentes aos Marcos da Execução.

PRAZO	ATIVIDADE
D+0	Publicação da PCA 11-44, a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.
D+30	Prazo para envio de solicitação de alteração de aplicação do valor aprovado ou detalhamento de emenda oriunda de captação passiva para o e-mail 5sc1_efetivo.emaer@fab.mil.br ao EMAER.
D+30	Prazo para solicitação de alteração de GND, via Cadeia de Comando, ao EMAER.

D+45	Prazo para análise/reanálise das propostas de aplicação das emendas pelo EMAER.
D+150	Prazo para realização do empenho dos créditos descentralizados relativos a recursos de emendas parlamentares.
D+210	Prazo para liquidação das despesas provenientes de empenhos das emendas parlamentares.
D+240	Prazo para envio do Relatório de Prestação de Contas dos recursos oriundos de emendas parlamentares para o e-mail: <i>5sc1_efetivo.emaer@fab.mil.br</i> .

Fonte: Estado Maior da Aeronáutica - EMAER.

2.9.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é o meio pelo qual o COMAER demonstra ao parlamentar que propôs a emenda que os recursos foram corretamente empregados e os objetivos foram alcançados.

Após a efetiva aplicação dos recursos provenientes de emendas parlamentares e com base no detalhamento previsto no Anexo E - Relatório de aplicação de emenda parlamentar, as organizações beneficiadas deverão elaborar relatório de Prestação de Contas e remeter à 5SC/EMAER, por meio do e-mail: *5sc1_efetivo.emaer@fab.mil.br*, conforme prazo definido no item 3.7.4.1, contendo as seguintes informações:

- a) **APLICAÇÃO DA EMENDA** - a OM Beneficiária deverá relatar o que, quanto e por que da escolha dos materiais, serviços ou equipamentos comprados. Cabe ressaltar que a aplicação da emenda deverá estar alinhada com a descrição do campo “JUSTIFICATIVA” do espelho da Emenda;
- b) **BENEFÍCIOS ALCANÇADOS** - a OM Beneficiária deverá relatar os benefícios alcançados para a organização, família militar, FAB, comunidade local ou país com essa destinação de recursos. (Como, por exemplo, ampliação do atendimento no Setor de Radiologia de XX para YY pacientes diários).
- c) **MEMÓRIA FOTOGRÁFICA** - Inserir fotos dos materiais, serviços ou equipamentos recebidos para a remessa dessas informações ao Parlamentar que indicou os recursos.

2.10 CONTRATOS PLURIANUAIS DE DESPESA SUJEITOS À AUTORIZAÇÃO DO EMAER

Os Contratos Plurianuais de Despesa são instrumentos celebrados para execução de projetos de longa duração, com previsão no orçamento plurianual, ou seja, em mais de 1 (um) exercício financeiro e relacionados a projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no PPA 2020-2023 e em consonância com o que prevê o Art. 105, da Lei nº 14.133/2021. No âmbito do Comando da Aeronáutica, os contratos plurianuais, atuais ou futuros, deverão constar do Plano de Ação Plurianual do Comando da Aeronáutica (PCA 11-110).

Não se aplicam a este item, os contratos relacionados a serviço público e aqueles relacionados a prestação de serviços, a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração de até 5 (cinco) anos, observadas as seguintes diretrizes:

- a) o Ordenador de Despesas deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- b) o Ordenador de Despesas deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; e
- c) o Ordenador de Despesas terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.10.1 AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PLURIANUAIS DE DESPESA E DE SEUS RESPECTIVOS TERMOS ADITIVOS

2.10.1.1 O Ordenador de Despesas que preveja a celebração de contratos plurianuais de despesa ou termos aditivos, descritos nas alíneas do item 2.10, deverá solicitar, antes da assinatura do contrato, autorização ao Agente Responsável pela Ação Orçamentária que dará suporte aos referidos instrumentos contratuais, conforme procedimentos e fluxo de atividades previstos no Anexo C.

2.10.1.2 O Agente Responsável por Ação Orçamentária, assessorado pelo Agente Responsável pelo Plano Orçamentário, antes de autorizar as solicitações relacionadas ao item 2.10.1.1, deverá verificar se essa despesa:

- a) está prevista em Plano Setorial (PLANSET) aprovado;
- b) tem adequação orçamentária com o Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44), ou seja, tem previsão orçamentária dos valores necessários para o custeio do ano no referido Plano; e
- c) tem compatibilidade com o Plano de Ação Plurianual do Comando da Aeronáutica (PCA 11-110), ou seja, está contida no Plano Plurianual.

2.10.1.3 No caso de atendimento de todas as premissas do item 2.10.1.2, o Agente Responsável por Ação Orçamentária, assessorado pelo Agente Responsável pelo Plano Orçamentário, deverá:

- a) informar ao Ordenador de Despesas e à 7SC/EMAER a concessão da autorização de que trata o item 2.10.1.1; e
- b) inserir a despesa total prevista no cronograma físico-financeiro, ano a ano, no planejamento plurianual da Aeronáutica, por meio do SISPLAER 3.0.

2.10.1.4 No caso do não atendimento de pelo menos 1(uma) das premissas do item 2.10.1.2, o Agente Responsável por Ação Orçamentária, assessorado pelo Agente Responsável pelo Plano Orçamentário, deverá enviar um parecer sobre a despesa, juntamente com a necessidade orçamentária, detalhada por GND, discriminada ano a ano, via cadeia de comando, à 7SC/EMAER, solicitando autorização para realizar um dos eventos relacionados no item 2.10.1.1.

2.10.1.5 Após o recebimento dos documentos especificados no item 2.10.1.4, a 7SC/EMAER deverá:

- a) proceder uma análise criteriosa da viabilidade do seu início ou alteração pleiteada, considerando, no que couber, as orientações contidas na Diretriz de Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica (DCA 400-6),

Manual de gerenciamento de portfólio de projetos no COMAER (MCA 17-1) e no Manual de contratações públicas do COMAER;

- b) solicitar parecer técnico à 5SC/EMAER quanto à viabilidade orçamentária para os exercícios corrente, se for o caso, e seguintes, sugerindo cenários para possíveis captações ou alterações orçamentárias; e
- c) observar os termos do Acórdão nº 1.519/2017 - TCU - Plenário/Sigiloso, sobretudo quanto ao condicionamento do início de novos projetos estratégicos de Defesa Nacional à existência de estudos de viabilidade que demonstrem a exequibilidade das respectivas necessidades orçamentárias, considerando o portfólio de investimentos em execução e a real capacidade de alocação de recursos por parte do COMAER.

2.10.1.6 No caso de ser concedida a autorização para celebração e assinatura de Contratos Administrativos de Despesas Plurianuais ou Termos Aditivos, previstos no item 2.10.1.4, a 7SC/EMAER deverá informar ao Agente Responsável pela Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário que dará suporte ao Contrato Administrativo de Despesa Plurianual ou Termo Aditivo:

- a) a concessão de autorização de que trata o item 2.10.1.4; e
- b) a necessidade de inserir a despesa total prevista no cronograma físico financeiro, ano a ano, no planejamento plurianual da Aeronáutica, por meio do SISPLAER 3.0.

2.10.1.7 Para efeito de gerenciamento da Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário, cabe, ainda, ao Ordenador de Despesas informar ao Agente Responsável pela Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário que dará suporte ao referido contrato plurianual, a ocorrência de:

- a) imprevisto que interfira na formalização do Contrato de Despesa ou Termo Aditivo; e
- b) rescisão do Contrato.

2.10.1.8 Até que o PCA 11-110 seja atualizado pelo EMAER, o Agente Responsável por Ação Orçamentária deverá enviar à 5SC/EMAER, via cadeia de comando, os documentos relacionados no item 2.10.1.4 para manifestação prévia da 5SC/EMAER acerca da compatibilidade Plurianual. Essa compatibilidade deverá ser realizada sob a égide dos conceitos norteadores do PPA 2020-2023, quais sejam: simplificação, realismo fiscal e integração ao planejamento estratégico, à avaliação e às execuções orçamentárias.

2.11 ATESTADO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

2.11.1 DA GERAÇÃO DA DESPESA

2.11.1.1 Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não siga os ditames previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2.11.1.2 Para tanto, a referida lei estabelece, em seu artigo 16, que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa seja acompanhado de:

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, que deverá ser acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas; e
- b) atestado de disponibilidade orçamentária (ADO), emitido pelo ordenador da despesa, atestando que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.11.1.3 Para fins deste manual e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se, para efeitos da emissão do Atestado de Disponibilidade Orçamentária (ADO) de que trata a alínea “b” do parágrafo anterior:

- a) adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa que tenha previsão no Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA 11-44); e
- b) compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que tenha previsão no Plano de Ação Plurianual do Comando da Aeronáutica (PCA 11-110).

2.11.1.4 Até que o PCA 11-110 seja atualizado pelo EMAER, o Ordenador de Despesas deverá enviar à 5SC/EMAER, via cadeia de comando, os documentos necessários para manifestação da 5SC/EMAER acerca da compatibilidade Plurianual. Essa compatibilidade deverá ser realizada sob a égide dos conceitos norteadores do PPA 2020-2023, quais sejam: simplificação, realismo fiscal e integração ao planejamento estratégico, à avaliação e às execuções orçamentárias.

2.11.1.5 Não se aplicam a este item, os contratos relacionados a serviço público e aqueles relacionados a prestação de serviços, a serem executados de forma contínua, que são normatizados pelo MANUAL DE CONTRATAÇÕES DO COMAER.

2.11.2 DA DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

2.11.2.1 Serão consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, caracterizadas como despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, conforme Art. 17 da LRF.

2.11.2.2 Para tanto, os atos que criarem ou aumentarem essas despesas deverão ser instruídos com um Atestado de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (ADOCC), elaborado pela 5SC/EMAER, que conterá:

- a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;
- b) a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais da LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e
- c) o exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

2.11.2.3 Para efeito do item 2.11.2.2, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

2.11.2.4 As despesas obrigatórias de caráter continuado não serão executadas antes da implementação das medidas referidas no item 2.11.2.2, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

2.12 UNIDADES GESTORAS VINCULADAS

Para a elaboração da Proposta Orçamentária, as UGR deverão consolidar as necessidades de todas as suas UGV, visando o lançamento dessas demandas no SISPLAER 3.0 (fase quantitativa - item 3.3 da ICA 170-2), conforme tabelas constantes na ICA 170-2/2022.

3 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 CRÉDITOS ADICIONAIS E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1.1 Durante a execução do orçamento, as dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para realização dos programas de trabalho, ou pode ocorrer a necessidade de realização de despesas não autorizadas inicialmente. Assim, a LOA poderá ser alterada no decorrer da sua execução por meio de créditos adicionais, da reabertura de créditos especiais ou extraordinários, ou por meio de outras alterações orçamentárias, conforme procedimentos estabelecidos em Portaria SOF publicada anualmente, disponibilizada no sítio eletrônico www.emaer.intraer/5sc/.

3.1.2 O conjunto de alterações orçamentárias previstas na legislação orçamentária pode ser dividido em 3 classes: créditos adicionais; reabertura de créditos especiais ou extraordinários; e outras alterações orçamentárias.

3.1.3 Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA e classificam-se em:

- a) créditos especiais: destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (Ação Orçamentária não contemplada na LOA), devendo ser autorizados por lei. Sua abertura depende da existência de recursos disponíveis;
- b) créditos extraordinários: destinados a despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, conforme Art. 167 da CF/1988. Serão abertos por medida provisória; e
- c) créditos suplementares: destinados a reforço de dotação orçamentária (acresce valor em Ação Orçamentária já existente). A LOA poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares, limitados a determinado valor ou percentual, de acordo com o estipulado em Lei.

3.1.4 Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, conforme previsto no Art. 167, §2º da Constituição Federal/1988.

3.1.5 As outras alterações orçamentárias referem-se a adequações das dotações às necessidades da execução, mantido o valor total do subtítulo, visando troca de fontes de recursos, de GND, de identificador de resultado primário (RP), identificador de uso, de identificador de operação de crédito, DE/PARA (transposição de dotação de uma UO para outra) e remanejamentos de créditos entre PO da mesma ação.

3.1.6 As portarias anuais da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/SETO/ME) sobre alterações orçamentárias organizam as alterações em tipos, de acordo com as regras relacionadas a cada autorização:

Quadro 3 - Tipos principais de alterações orçamentárias.

	CLASSE	FINALIDADE	ATO LEGAL	TIPO
CRÉDITOS ADICIONAIS	Créditos Suplementares autorizados na LOA	Reforço de categoria de programação constante da LOA, nas condições e limites estabelecidos na LOA	Ato do Poder Executivo	RP0: 101a, 101b, 101d, 101e, 101f, 101g RP1: 102a, 102b, 102d, 102e RP2: 103a, 103c, 103e, 103f, 103g, 103h, 103i, 103j, 103l, 103q, 104a RP6: 183, 184, 186 RP7: 185, 187 RP8: 188, 189 RP9: 190, 191 Diversos RPs: 107, 119
	Créditos Suplementares dependentes de autorização legislativa	Reforço de categoria de programação constante da LOA, além das condições e limites estabelecidos na LOA	Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo	RP0: 401a, 401e, 401f RP1: 402a RP2: 403a, 403f, 404a Diversos RPs: 407, 419
	Créditos Especiais	Inclusão ou ampliação de categoria de programação que não consta da LOA	Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo	120
	Créditos Extraordinários	Atender despesas imprevisíveis, relevante e urgentes	Medida Provisória	200
REABERTURA	Reabertura de Créditos Especiais	Reabertura dos saldos dos créditos especiais	Ato do Poder Executivo	500
	Reabertura de Créditos Extraordinários	Reabertura dos saldos dos créditos extraordinários	Atos próprios dos Poderes Legislativo e judiciário, do MPU e da DPU	300
			Ato do Poder Executivo	301
OUTROS	Transposição, Remanejamento ou Transferência	Reestruturação da administração pública	Ato do Poder Executivo	350
		Remanejamento de dotações entre subfunções 571,572 e 573 da função 19		920 (DE/PARA reestruturação organizacional)
				921 (DE/PARA de CTC)
	Alteração de atributos	Alteração de atributos da programação, mantidos os demais atributos	Portaria do Secretário de Orçamento Federal, para alteração de Fonte de recursos, Iduso, Esfera, RP e ajustes de codificação	600 (Fonte de recursos) 601 (IDUSO) 602 (Esfera) 700a (RP, exceto RPs 6, 7, 8 e 9) 710 (ajuste de codificação)
			Independente de ato legal	610a no SIOP – só RP6 e 610b no SIAFI (Modalidade de aplicação) 910 (IDOC) 911 (Planos Orçamentários) 913 (Planos Orçamentários – Demais Poderes)
	Alterações de GND autorizadas na LDO	Alteração de GNDs de créditos extraordinários abertos e reabertos	Ato do Poder Executivo	930
		Alteração de GNDs de créditos especiais abertos e reabertos	Ato do Poder Executivo	622 (GND 3,4 e 5) e 623 (GND 2 e 6)
			Atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, MPU e DPU	422 (GND 3,4 e 5) e 423 (GND 2 e 6)
		Alteração de GNDs da LOA	Ato do Poder Executivo	620 (GND 3, 4 e 5) e 621 (GND 2 e 6)
			Atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, MPU e DPU	420 (GND 3, 4 e 5) e 421 (GND 2 e 6)
	Créditos Suplementares autorizados nos termos do art. 63, § 2º da LDO-2022	Suplementação de dotações orçamentárias até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução provisória do PLOA	Ato do Poder Executivo	941
	Créditos Especiais autorizados nos termos do art. 63, § 2º da LDO-2022	Inclusão de categoria de programação na LOA, até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução provisória do PLOA	Ato do Poder Executivo	940

Fonte: Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2022.

Obs: A tabela acima contém apenas os tipos principais de alterações orçamentárias. Para a relação completa, consulte a Página de referência para o processo de Alterações Orçamentárias, disponível na área de manuais do SIOP.

3.1.7 As solicitações de alterações orçamentárias enquadradas neste capítulo deverão ser confeccionadas, exclusivamente, pelos Agentes Responsáveis pela Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário, com base nos modelos de formulários do Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>), pelo ODS e GABAER, à 5SC/EMAER, provisoriamente, por meio do endereço eletrônico orcamento.emaer@fab.mil.br, para análise e determinação das providências decorrentes. Os formulários deverão ser enviados à 5SC na versão PDF assinados e em arquivo editável.¹

3.1.8 Para viabilidade das alterações orçamentárias referentes aos créditos adicionais suplementares e especiais de despesas primárias faz-se necessário o cancelamento no mesmo montante em outra despesa primária, a título de compensação, salvo aquelas listadas no § 6º do Art. 107 da Emenda Constitucional nº 95/2016.

¹ Cabe destacar que todas as alterações orçamentárias passarão a ser elaboradas por meio do sistema SISPLAER, assim que essa funcionalidade for disponibilizada.

3.1.9 As alterações que envolvam Ações Orçamentárias que impliquem em abertura de novos projetos estratégicos ou que suportem projetos estratégicos pertencentes ao portfólio de investimentos em execução, controlados pelo EMAER, serão submetidas à prévia análise e parecer da 7SC/EMAER.

3.1.10 A 5SC/EMAER é o setor responsável pela operacionalização, via SIOP, dos pedidos de alterações orçamentárias de que trata este capítulo.

3.1.11 As necessidades de créditos adicionais que envolvam as Fontes de Recurso 149 (Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços) e 281 (Recursos de Convênios) deverão ser submetidas, preliminarmente, à DIREF/SUCONV e, posteriormente, à 5SC/EMAER.

3.1.12 As solicitações de créditos adicionais, alterações orçamentárias de Ação, Grupo de Natureza de Despesa, Fonte, Plano Orçamentário, Identificador de RP e de Uso serão precedidas de autorização da 5SC/EMAER, devendo ser solicitada pelo ODS, por meio do Ofício. O formulário referente a esse tipo de alteração, constante do Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>), deverá ser enviado anexado ao ofício, em .PDF e .DOC (alteração Tipo “A”).²

3.1.13 As alterações orçamentárias de Plano Interno e as que envolvam os elementos de despesa 14, 15, 33 51, 52 e 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), serão precedidas de autorização da 5SC/EMAER, devendo ser solicitada pelo ODS, provisoriamente, por meio do endereço eletrônico orcamento.emaer@fab.mil.br, para autorização do envio do pedido SISCODEC à DIREF. A justificativa referente a esse tipo de alteração, constante do Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>), deverá ser enviada no corpo do texto do e-mail (alteração Tipo “B”).

3.1.14 As alterações orçamentárias solicitadas pelos ODS e GABAER que não sejam vinculados aos Agentes Responsáveis pela Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário devem incluir no pedido de autorização a ser enviado à 5SC/EMAER o parecer positivo do Agente Responsável pela Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário em questão.

3.1.15 Especificamente quanto ao elemento de despesa 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), cabe ao EMAER, como Órgão de Planejamento Orçamentário, autorizar as alterações de QDD que envolvam esse tipo de despesa. Neste sentido, todas as solicitações de alteração de QDD para a execução de créditos relativos a Despesas de Exercícios Anteriores deverão ser encaminhadas, provisoriamente, por meio do endereço eletrônico orcamento.emaer@fab.mil.br, à 5SC/EMAER, contendo:

- a) o número do Processo Administrativo de Gestão (PAG) a ser atendido com o recurso da alteração solicitada;
- b) a ciência do solicitante quanto ao conteúdo da Mensagem SIAFI 13/SUFIN-2/2019 (20190584672) - 17MAI2019 e da Mensagem SIAFI 875/SUFIN-3/2018 (20180818657) - 16JUN2018; e
- c) a descrição da situação na qual se enquadra a despesa assumida, de acordo com o especificado no 2º parágrafo da Mensagem SIAFI 875/SUFIN-

² Cabe destacar que todas as alterações orçamentárias passarão a ser elaboradas por meio do sistema SISPLAER, assim que essa funcionalidade for disponibilizada

3/2018 (20180818657) - 16JUN2018 (1 - despesas de exercícios encerrados não processados na época própria; 2 - restos a pagar com prescrição interrompida; ou 3 - compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício financeiro).

3.1.16 Após analisar as solicitações recebidas, referentes ao elemento de despesa 92, e suas especificidades, a 5SC/EMAER emitirá parecer conclusivo sobre o assunto. Em caso de aprovação da demanda, a UG elaborará o pedido SISCODEC à DIREF para a efetivação da alteração, devendo citar o documento do EMAER que forneceu o parecer.

3.1.17 Após efetivação do pedido, referente ao elemento de despesa 92, a DIREF encaminhará uma cópia do pedido ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) para embasar as auditorias daquele Centro.

3.1.18 É proibido o remanejamento da vida vegetativa entre UGR, pois caracteriza alteração do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica. Necessidades dessa natureza devem ser encaminhadas, pelos ODS e GABAER, à 5SC/EMAER, provisoriamente, por meio do endereço eletrônico *orcamento.emaer@fab.mil.br*, para autorização do envio do pedido SISCODEC à DIREF. A justificativa referente a esse tipo de alteração, constante do Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>), deverá ser enviada no corpo do texto do e-mail (alteração Tipo “B”).

3.1.19 A suplementação ou o cancelamento de créditos nos planos internos, até o limite de vinte por cento de cada plano interno, deverá ser feita em processo simples pelo Agente Responsável pela Ação Orçamentária e encaminhado ao EMAER, via cadeia de comando. Nos casos em que a suplementação ou o cancelamento exceder o valor de vinte por cento do plano interno, o ODS deverá elaborar uma justificativa de alteração de planejamento para apreciação do Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

3.1.20 As alterações de UG EXEC, de Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa (dentro da mesma Ação Orçamentária, Plano Orçamentário, Fonte e Grupo de Despesa) poderão ser solicitadas pelos ODS e GABAER diretamente à DIREF (SUFIN/SUFIN-2), via SISCODEC/SILOMS, conforme as necessidades das UG e em conformidade com as limitações legais impostas e, ainda, de acordo com as instruções estabelecidas no módulo 17 do MCA 172-3 (Digital) da DIREF (alteração Tipo “C”).³

3.2 FLUXO GERAL DO PROCESSO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.2.1 As necessidades de alterações orçamentárias poderão ser provocadas pelos Agentes Responsáveis por Ação Orçamentária e/ou Plano Orçamentário, pelos Setores de Planejamento, Orçamento e Gestão dos ODS, pelo GABAER ou pela própria 5SC/EMAER e, a elaboração dos pedidos de alterações orçamentárias serão processados no SIOP, pela 5SC/EMAER ou, em casos especiais, pela SEORI/MD ou pela SOF/ME. Em qualquer caso, a solicitação de alteração deverá ser elaborada de forma a atender às condições dispostas nas portarias editadas pela SOF e na legislação em vigor.

3.2.2 A 5SC/EMAER elaborará e enviará, via SIOP, os pedidos de alterações orçamentárias para a SEORI/MD. Esta, por sua vez, avaliará os pedidos enviados pela 5SC/EMAER quanto

³ Cabe destacar que todas as alterações orçamentárias passarão a ser elaboradas por meio do sistema SISPLAER, assim que essa funcionalidade for disponibilizada

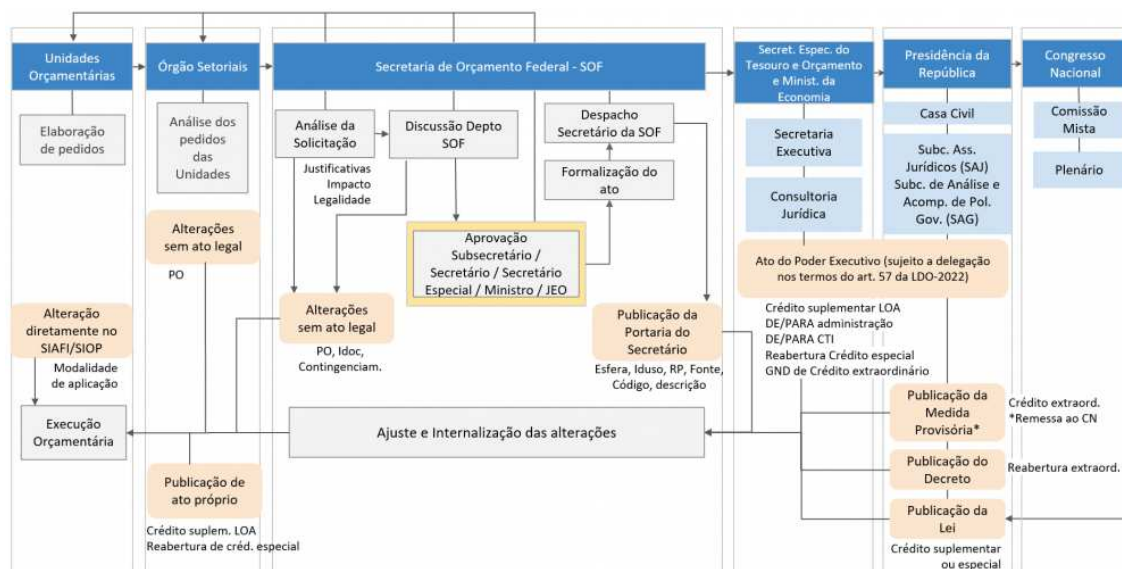
à conformidade, pertinência e necessidade de complementação e, uma vez aprovados, os enviará à SOF/ME, que decidirá por atendê-los ou não. Caso sejam aprovados, serão preparados os atos legais necessários à formalização das respectivas alterações no orçamento.

3.2.3 Os pedidos de alterações orçamentárias só podem ser enviados se houver janela de trabalho aberta. As janelas de envio de pedidos da SEORI/MD para a SOF/ME são gerenciadas pela própria SOF/ME, de acordo com o estabelecido nas portarias de crédito e na legislação em vigor. As janelas de envio de pedidos da 5SC/EMAER para a SEORI/MD, disponíveis no Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>), são gerenciadas pela própria SEORI/MD, que fará a abertura das janelas de modo a melhor gerenciar os pedidos recebidos da 5SC/EMAER para o envio à SOF/ME.

3.2.4 Cabe à SOF/ME a elaboração dos atos legais relativos às alterações orçamentárias. Para cada tipo de ato legal elaborado existe um caminho diferente até sua publicação. Caso seja uma portaria da SOF, ela é enviada diretamente à Imprensa Nacional para publicação. Se for um decreto, um projeto de lei ou uma medida provisória, a SOF encaminha o documento ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que, após aprovação, o envia, via Ministro da Economia, à Casa Civil para avaliação do Presidente da República. Em se tratando de um decreto, após a assinatura do Presidente, este é enviado para publicação na Imprensa Nacional.

3.2.5 Os projetos de lei são remetidos ao Congresso Nacional para que sejam apreciados e votados, momento em que é publicada mensagem presidencial no Diário Oficial da União. No caso de créditos extraordinários, que são efetivados por medida provisória, a Casa Civil encaminha o ato para publicação e dá conhecimento ao Congresso Nacional. Quando do retorno dos projetos de lei aprovados ou da publicação dos atos pela Presidência da República, os créditos são internalizados no SIOF na forma dos atos publicados e, em seguida, disponibilizados para utilização pelos Órgãos Setoriais no SIAFI.

Figura 1 - Fluxo de tramitação do processo de alterações orçamentárias.



Fonte: Manual Técnico do Orçamento - MTO 2022.

3.3 PRAZO PARA INSERÇÃO DE PEDIDOS SIOP

3.3.1 Anualmente, o Ministério da Economia elabora uma Portaria estabelecendo prazos para as alterações orçamentárias que necessitam de processo SIOP, segmentando-as por RP e se dependem de Autorização Legislativa ou de Ato do Poder Executivo.

3.2.2 O Ministério da Defesa também emite seus prazos, baseado na Portaria supracitada, de forma que os períodos de envio dos pedidos de alteração via processo SIOP serão divulgados pela Quinta Subchefia aos ODS e Agentes Responsáveis por Ação e PO e disponibilizados no Portal da Quinta Subchefia (<http://www.emaer.intraer/5sc/>).

3.4 SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E/OU URGÊNCIA

3.4.1 As solicitações de créditos das UG, cujas dotações orçamentárias recebidas não possam atender a demanda gerada por situações não previstas, para as quais a solução é imprescindível e inadiável, serão reguladas pela Portaria nº 264/GC6, de 4 de junho de 2012, publicada no BCA nº 111, de 12 de junho 2012, e suas atualizações posteriores.

4 DESTAQUE DE CRÉDITO

É a operação descentralizadora de crédito orçamentário pela qual um Ministério ou Órgão transfere para outro o poder de utilização dos créditos que lhes foram dotados.

O EMAER, por meio da 5SC/EMAER, é o responsável pela coordenação da descentralização dos créditos destacados ao COMAER.

Os créditos destacados ao COMAER podem ser referentes:

- a) a Termos de Execução Descentralizada (TED), celebrados com outros Ministérios ou Órgãos;
- b) a ressarcimentos por Missões Aéreas de Apoio Externo (MAAE) realizadas;
- c) a Projetos Estratégicos/prioritários suportados por Destaque; ou
- d) a outros tipos de ressarcimentos.

4.1 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

4.1.1 É o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional e a estrutura programática.

4.1.2 O destaque deverá ser precedido pela elaboração de TED, nos seguintes casos:

- a) execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua; e
- b) execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora.

4.1.3 Salvo disposição em contrário, emanada pelo VICEMAER, a correlação entre o ODGSA responsável pelo TED e a Subchefia do EMAER será:

Quadro 4 - Subchefias correlatas.

ODGSA	SUBCHEFIA DO EMAER
COMGEP	1SC/EMAER
GABAER	2SC/EMAER
COMAE/COMPREP	3SC/EMAER
COMGAP	4SC/EMAER
SEFA	5SC/EMAER
EMAER	6SC/EMAER
DCTA/DECEA	7SC/EMAER

Fonte: Estado Maior da Aeronáutica - EMAER.

Obs: O GABAER coordenará os TED celebrados pelos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (CPO, ASOCEA, CIAER, CECOMSAER, CENCIAR, CENIPA, ASPAER e INCAER).

4.1.4 Uma vez celebrado o TED, uma cópia do Instrumento deverá ser encaminhada à SUCONV/DIREF e ao EMAER, que fará a distribuição interna à Subchefia correlata e ao EGE.

A referida cópia do TED deverá ser acompanhada:

- a) do plano de trabalho;
- b) da declaração de capacidade técnica; e
- c) da declaração de compatibilidade de custos.

4.1.5 A Subchefia correlata deverá encaminhar uma cópia do plano de trabalho para a 5SC/EMAER.

4.1.6 Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados deverão ser devolvidos à unidade descentralizadora até 15 (quinze) dias antes da data estabelecida para encerramento do exercício.

4.1.7 Após o encerramento da vigência do TED ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, a unidade descentralizada deverá:

- a) devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros não utilizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do encerramento ou da conclusão; e
- b) encaminhar ao EMAER uma cópia do relatório de cumprimento do objeto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data do encerramento ou da conclusão.

4.1.8 A cópia do relatório de cumprimento do objeto será distribuída internamente à Subchefia correlata, à 5SC/EMAER e ao EGE.

4.2 MISSÕES AÉREAS DE APOIO EXTERNO (MAAE)

4.2.1 Missão aérea realizada pelo COMAER em proveito de Órgãos da Administração Pública (Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal), de Organizações da Sociedade Civil e de entidades privadas da Base Industrial de Defesa, mediante o compromisso de indenização dos custos associados à sua operacionalização, nos termos da DCA 55-42/2020 - Missões Aéreas de Apoio Externo (MAAE).

4.2.2 Cabe ao EMAER, por meio da 3SC/EMAER, analisar e decidir sobre as solicitações de MAAE, submetidas à sua apreciação, dando o parecer sobre a realização da mesma e confeccionando o TED correspondente, se for o caso, de acordo com o previsto na DCA 55-42/2020.

4.2.3 Para os casos de ressarcimento de despesas decorrentes de MAAE solicitada por Órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, poderá ser dispensada a celebração de TED, a critério exclusivo do EMAER.

4.3 COBRANÇA DE RESSARCIMENTOS

4.3.1 A 5SC/EMAER, após demandada, deverá enviar Ofício de cobrança ao Órgão titular do apoio prestado, anexando o Custo Real de MAAE ou relatório de outros serviços.

4.3.2 A 5SC/EMAER acompanhará a efetivação do pagamento, seja por descentralização de crédito ou por Guia de Recolhimento da União.

4.3.3 Decorridos 3 (três) meses da cobrança, sem o respectivo pagamento, a 5SC/EMAER reiterará o Ofício, trimestralmente, até o efetivo pagamento.

4.3.4 Os casos de inadimplemento, caracterizados pelo transcurso de 3 (três) meses, contados da data do Ofício que operacionalizou a primeira reiteração da cobrança, deverão ser informados, mensalmente, ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER) e à Subchefia relacionada, para as providências necessárias.

4.4 RESSARCIMENTOS DIVERSOS

4.4.1 Os ressarcimentos diversos referem-se aos créditos destacados ao COMAER, não decorrentes de TED ou MAAE, em ressarcimento às despesas com prestação de serviços realizados pelas unidades do COMAER e/ou aquisição de produtos, equipamentos e serviços, sob demanda do Ministério da Defesa ou outro Órgão da Administração Pública Federal.

4.4.2 Os casos de ressarcimentos diversos poderão ser dispensados da celebração de TED, a critério exclusivo do EMAER.

4.5 DESCENTRALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS DESTACADOS

4.5.1 A 5SC/EMAER assessorará o VICEMAER quanto à distribuição de créditos destacados, seguindo as orientações pré-estabelecidas pelo Comandante da Aeronáutica, para o planejamento realizado e obtenção do crédito.

4.5.2 Todos os créditos orçamentários e recursos financeiros correspondentes, oriundos de outros Órgãos ou Ministérios, serão recebidos exclusivamente pela DIREF, Unidade Gestora 120002.

4.5.3 A DIREF operacionalizará a descentralização às UG CRED/ UG EXEC de destino, conforme distribuição estabelecida pelo EMAER.

4.5.4 Nos casos em que o crédito recebido se destina ao ressarcimento de despesa de uma UG específica, indicada pelo Órgão ou Ministério na nota de crédito de origem, a descentralização poderá ser feita pela DIREF/SUFIN, sem intermédio do EMAER.

4.5.5 A DIREF/SUFIN deverá disponibilizar ao EMAER e ao ODS recebedor do destaque o acesso ao sistema informatizado que contenha as informações dos créditos descentralizados às suas Unidades subordinadas.

4.5.6 Os créditos de destaque deverão ser destinados, prioritariamente, ao custeio de despesas de Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, Combustíveis de Aviação, e à Administração da Unidade, conforme estabelece a Diretriz de Planejamento Institucional do COMAER, salvo casos específicos.

4.6 EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS DESTACADOS

4.6.1 A execução dos recursos provenientes de Destaques deverá ocorrer de forma imediata, ou no máximo em até 45 (quarenta e cinco) dias após a descentralização, e de forma prioritária em relação aos créditos do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica, de modo a

evitar a sua devolução e/ou inscrição em Restos a Pagar, respeitado, em todo caso, o Cronograma Físico-Financeiro ou de Desembolso acordado no TED, caso haja.

4.6.2 Para a execução dos créditos, deverá ser obedecida a data limite para empenho, contida no Calendário de Encerramento de Exercício, a ser divulgado no Módulo 14 do MCA 172-3 (Manual Eletrônico), da DIREF.

4.6.3 Os créditos porventura descentralizados após a data-limite para empenho, deverão ser empenhados em data e horário limites, a serem divulgados, oportunamente, pela DIREF/SUFIN.

4.6.4 A 5SC/EMAER, mediante articulação com a Subchefia do EMAER relacionada à atividade do Destaque, quando for o caso, coordenará os possíveis remanejamentos ou devolução do crédito ao Órgão de origem.

4.6.5 A 5SC/EMAER coordenará, junto à DIREF/SUFIN, o processo de remanejamento ou devolução do crédito ao Órgão ou Ministério de origem dos recursos não utilizados.

4.6.6 Os saldos dos créditos orçamentários decorrentes de TED, descentralizados e não empenhados, deverão ser disponibilizados, mediante prévio aviso à 5C/EMAER por meio do e-mail institucional *orcamento.emaer@fab.mil.br* com as devidas justificativas da não utilização, até 30 dias antes do encerramento do exercício, de modo a viabilizar possíveis remanejamentos ou devolução ao Órgão de origem.

4.7 ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DESTACADOS

4.7.1 Anualmente, até 30 de outubro, o ODS beneficiário do crédito destacado deverá encaminhar o Relatório de Execução dos Créditos Recebidos à 5SC/EMAER para acompanhamento e controle (Anexo D).

4.7.2 O Relatório de Execução dos Créditos Recebidos deverá conter o número das notas de crédito ou de dotação, a data das descentralizações, os valores dos créditos descentralizados, os números das notas de empenho geradas, a descrição e a quantidade dos objetos empenhados, e previsão de liquidação da despesa.

4.7.3 O Relatório de Execução dos Créditos Recebidos deverá conter ainda os saldos remanescentes e não empenhados até 30 de outubro do ano corrente, fazendo constar as devidas justificativas quanto a não utilização ou a data prevista para empenho e liquidação, quando for o caso.

4.7.4 Os créditos sem expectativa de utilização deverão ser disponibilizados para remanejamento ou devolução ao órgão de origem.

4.7.5 Caso o Órgão repassador ou outro Órgão de controle solicite Prestação de Contas relativa ao crédito destacado, a 5SC/EMAER solicitará, por meio de Ofício, que o ODS receptor dos créditos destacados confeccione o documento, nos moldes específicos apresentados pelo demandante.

4.7.6 A Prestação de Contas dos recursos destacados relacionados à TED deverá ser elaborada pelo ODS, por meio do Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo E), conforme previsão constante do Decreto nº 10.426/2020, e encaminhada à Subchefia do EMAER relacionada

com a atividade, de acordo com o prazo determinado no TED, para a análise técnico-operacional dos objetivos atingidos.

4.7.7 Após o recebimento e análise da Prestação de Contas, a Subchefia do EMAER relacionada com a atividade deverá encaminhá-la para a 5SC/EMAER para a verificação dos dados orçamentários e financeiros.

4.7.8 Nos casos de destaques referentes a TED, após a análise dos dados orçamentários e financeiros da Prestação de Contas, a 5SC/EMAER emitirá parecer à Subchefia relacionada, que encaminhará o processo de Prestação de Contas ao Órgão repassador dos recursos.

4.8 PROJETOS ESTRATÉGICOS/PRIORITÁRIOS SUPOSTADOS POR DESTAQUE

4.8.1 A 5SC/EMAER, anualmente, por meio de Ofício, iniciará a fase de captação de valores para o PLOA no que se refere às Ações Orçamentárias que suportam os Projetos Estratégicos/Prioritários.

4.8.2 Os SPOG de cada ODS deverão preencher a FINOR Destaque (SISPLAER 3.0), no período estabelecido, subsidiando assim a Quinta Subchefia com os valores desejados para o exercício subsequente.

4.8.3 Após consolidar os dados, o EMAER encaminhará o montante de cada Ação para o Ministério da Defesa ou Órgão responsável pela Ação Orçamentária. Cabe ainda ressaltar que a 5SC acompanhará todo o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, no intuito de fazer gestões para que as demandas do COMAER sejam atendidas.

4.8.4 Outrossim, posteriormente ao envio do PLOA à Comissão Mista de Orçamento, do Congresso Nacional, a Quinta Subchefia informará aos ODS o valor alocado pelo MD e demais Órgãos em cada Ação.

5 PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento é um instrumento para o alcance dos objetivos traçados no planejamento institucional, ou seja, consubstancia os recursos disponibilizados pela nação para que o COMAER possa cumprir sua missão e alcançar sua visão estratégica.

À vista disso, incumbe à Administração o diligente acompanhamento físico-financeiro do processo orçamentário, de forma a garantir-lhe efetividade. Por meio das ações de acompanhamento, os gestores poderão promover ações corretivas ou mitigadoras, no sentido de atribuir a maior eficiência orçamentária possível ao processo.

Historicamente, o processo de acompanhamento tem enfatizado excessivamente a execução orçamentária, sem a adequada avaliação do cumprimento das metas físicas previamente estabelecidas.

A Administração hodierna exige uma mudança de paradigma, representada pelo adequado enfoque nos resultados, que se planejou obter com os recursos disponibilizados.

Desse modo, EMAER tem aprimorado constantemente a metodologia de acompanhamento do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica, de forma a contribuir para a produção de informações que qualifiquem a ação institucional, aumentando sua eficiência, eficácia e efetividade, com o objetivo de avaliar o cumprimento das Metas Físicas previamente estabelecidas.

5.1 ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DO ORÇAMENTO

5.1.1 O Orçamento Federal é um instrumento no qual são estimadas as receitas e estipulados limites para as despesas da União atrelados a metas de produção de bens e serviços - Metas Físicas.

5.1.2 Para medir essa produção, na etapa qualitativa de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), são definidos produtos vinculados às Ações Orçamentárias e aos Planos Orçamentários. Em seguida, na etapa quantitativa da elaboração do PLOA, os gestores definem metas quantitativas para cada um dos produtos a serem entregues durante o ano, bem como os recursos financeiros necessários a sua produção.

5.1.3 Essas metas, tanto físicas como financeiras, são definitivamente estabelecidas mediante a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e podem ser modificadas no decorrer do exercício conforme as alterações aprovadas nos créditos adicionais.

5.1.4 O acompanhamento físico-financeiro do orçamento provém da necessidade de avaliar o alcance das metas de produção de bens e serviços ofertados à sociedade. Para tal, são coletadas informações referentes à efetiva entrega dos produtos das Ações Orçamentárias e dos Planos Orçamentários, bem como as análises do gestor quanto às razões para o atingimento das metas previstas na LOA ou, se houver divergência entre o previsto e o efetivamente realizado, os empecilhos ou limitações que possam ter causado esta discrepância.

5.1.5 As informações geradas no processo subsidiam: o aperfeiçoamento das Ações Orçamentárias e, por consequência, o aprimoramento do Orçamento da União; o processo

decisório de alocação e realocação de recursos previstos na LOA; o processo de monitoramento dos Planos Plurianuais; a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República; e a transparência na utilização dos recursos públicos para a sociedade.

5.2 PRINCÍPIOS

5.2.1 TEMPESTIVIDADE

5.2.1.1 Consiste na necessidade de ação do gestor, junto às autoridades competentes, quando da identificação de alguma anomalia na execução orçamentária. Tais desvios podem ser positivas, decorrentes da consecução das metas físicas traçadas com dispêndio orçamentário menor do que o esperado; ou podem ter cunho negativo, quando o montante de recursos disponibilizados se mostrar insuficiente para o cumprimento de alguma etapa essencial, podendo trazer prejuízos relevantes aos objetivos traçados no planejamento institucional.

5.2.1.2 No primeiro caso, faz-se mister que o gestor promova diligências adequadas, respeitada a cadeia hierárquica aplicável, de forma que os recursos excedentes possam ser destinados adequadamente, contribuindo para um incremento no desempenho orçamentário do COMAER.

5.2.1.3 Já no caso da possibilidade de comprometimento de objetivos traçados, mostra-se imprescindível o adequado assessoramento às autoridades competentes, além do registro da situação nos sistemas informatizados disponíveis.

5.2.2 MITIGAÇÃO

5.2.2.1 Trata-se da necessidade de o gestor identificar previamente os eventos capazes de comprometer o alcance dos objetivos traçados em qualquer nível do planejamento orçamentário, adotando as medidas mitigadoras adequadas, de forma a sugerir melhor nível de certeza quanto ao cumprimento das metas e alcance dos objetivos inicialmente firmados.

5.2.3 ANUALIDADE

5.2.3.1 Insculpido na Lei nº 4.320/64, o princípio da anualidade orçamentária estabelece a necessidade de executar fisicamente o que foi planejado para um determinado exercício financeiro, regularmente empenhado por meio de recursos orçamentários colocados à disposição do gestor.

5.2.3.2 Nesse sentido, cabe ao gestor utilizar-se de diligente planejamento e adequado acompanhamento, para que as aquisições necessárias ao alcance dos objetivos traçados sejam efetivamente recebidas e liquidadas dentro do exercício para o qual foram planejadas, evitando-se a inscrição desnecessária de despesas em restos a pagar.

5.2.3.3 Convém ressaltar que a inscrição de despesas em restos a pagar implica risco à eficiência orçamentária, traduzido pela possibilidade de inadimplemento da obrigação de entrega por parte do fornecedor, o que resultaria na perda do recurso empenhado. Tal fenômeno, bastante recorrente, inclui no orçamento corrente despesa que poderia ser regularmente executada no exercício anterior, incrementando a demanda por recursos orçamentários além do efetivamente necessário.

5.2.4 FOCO EM RESULTADOS

5.2.4.1 Traduz-se pelo enfoque do gestor nos resultados pretendidos para cada Plano Interno, Plano Orçamentário ou Ação Orçamentária. Reflete uma necessidade de mudança de parâmetro da Administração Pública, com vistas a entregar os melhores resultados à sociedade ao menor custo possível.

5.2.4.2 A aplicação do presente princípio exige que o gestor se utilize dos meios adequados de acompanhamento para interferir tempestivamente no processo, de forma a garantir que os resultados esperados sejam efetivamente alcançados. A mera execução dos créditos disponibilizados não constitui evidência da atuação diligente do gestor, devendo estar acompanhada da demonstração dos resultados obtidos.

5.3 ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DO PLANO DE AÇÃO

5.3.1 O acompanhamento da execução físico-financeira do Plano de Ação do Comando da Aeronáutica será realizado por meio dos Planos Internos, com base na Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA).

5.3.2 Esse processo tem como objetivo gerar informações que possibilitem o aperfeiçoamento das Ações Orçamentárias e do processo decisório de alocação de recursos e, contribuir para o aprimoramento dos orçamentos dos respectivos órgãos setoriais.

5.3.3 Cada Plano Interno terá um produto básico e uma respectiva unidade de medida. Tal sistemática, baseada num processo de desdobramentos hierárquicos, permite que os produtos obtidos pelo PI contribuam com o resultado do PO, que, por sua vez, interfere no desempenho da Ação Orçamentária.

5.3.4 Todas as Organizações Militares do COMAER deverão utilizar Planos Internos específicos para cada Projeto ou Atividade, objetivando o respectivo monitoramento da execução e dos custos.

5.4 INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

5.4.1 Os indicadores são medidas que operacionalizam um conceito abstrato ou processo decisório. Sendo uma medida, uma forma de mensuração, um parâmetro, o indicador é um instrumento que sintetiza um conjunto de informações em um “número”, auxiliando na interpretação da realidade.

5.4.2 A verificação dos indicadores de eficácia e eficiência serve para avaliar o desempenho da execução de qualquer nível da estrutura orçamentária (PI, PO ou Ação).

5.4.3 Assim, a partir dela é possível obter conclusões sobre o alcance da Meta Física e sobre a performance da gestão dos recursos orçamentários alocados.

5.4.4 Para o adequado acompanhamento do desempenho orçamentário do COMAER, a Aeronáutica desenvolveu um sistema para realizar medições de resultados por meio do sistema SISPLAER (Sistema Integrado de Planejamento Institucional da Aeronáutica). Desta forma, a SSC/EMAER realizará uma apuração bimestral com o uso de indicadores de EFICÁCIA e de EFICIÊNCIA, conforme detalhado a seguir:

a) Eficácia / Eficácia Reprogramado:

- i. cálculo da eficácia: é obtida a partir da relação entre a “Meta Física Realizada acumulada no bimestre” e a “Meta Física Planejada acumulada até o mês”;
 - ii. cálculo da eficácia da reprogramação: é obtida a partir da relação entre a “Meta Física Realizada acumulada no bimestre” e a “Meta Física Planejada Reprogramada acumulada no bimestre”.
- b) Eficiência / Eficiência Reprogramado:
- i. cálculo da eficiência: é obtida a partir da relação entre a “Valor da Previsão de Desembolso acumulado no bimestre”, “Meta Física Planejada acumulada até o mês”, “Valor Financeiro Liquidado acumulado no bimestre” e “Meta Física Realizada acumulada no bimestre”; e
 - ii. cálculo da eficiência da reprogramação: é obtida a partir da relação entre o “Valor da Previsão de Desembolso acumulado no bimestre Reprogramado” e a “Meta Física mensal acumulada Reprogramada” em relação ao “Valor Financeiro Liquidado acumulado no mês” e a “Meta Física Realizada acumulada no mês”.

5.4.5 Para o adequado acompanhamento do desempenho orçamentário, deve-se analisar, conjuntamente, os indicadores de eficiência e eficácia, sendo importante destacar que, para todos os efeitos, a premissa fundamental do acompanhamento físico-financeiro é o atingimento do índice de 100% de Eficácia, que denota o alcance efetivo da Meta Física Planejada, por base no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Exemplo de Cálculo dos Indicadores de Eficácia e Eficiência obtidos do sistema SISPLAER.

Ação	Financeiro (R\$)		Físico		Indicadores (%)	
	Previsão de Desembolso acumulado até o mês (a)	Liquidado acumulado até o mês (b)	Meta Física Planejada acumulada até o mês (c)	Meta Física Realizada acumulada até o mês (d)	Eficiência (a/c)/(b/d)x100	Eficácia (d/c)x100
A	750.000,00	750.000,00	100	100	100	100
B	750.000,00	750.000,00	100	110	110	110
C	750.000,00	750.000,00	100	90	90	90
D	750.000,00	675.000,00	100	100	111,11	100
E	750.000,00	675.000,00	100	110	122,22	110
F	750.000,00	675.000,00	100	90	100	90
G	750.000,00	825.000,00	100	100	90,91	100
H	750.000,00	825.000,00	100	110	100	110
I	750.000,00	825.000,00	100	90	81,82	90

Fonte: Estado Maior da Aeronáutica - EMAER.

5.4.6 O exemplo demonstrado no Quadro acima, permite a análise de possíveis eventos, que possibilitam observar a relação entre Eficiência x Eficácia, por cada Ação individualmente:

- a) no caso da Ação **A**, temos os indicadores de Eficácia e Eficiência com **100%**, demonstrando o alcance efetivo da meta física planejada e a geração de produtos (bens ou serviços) com os recursos orçamentários disponibilizados;
- b) no caso da Ação **B**, temos os indicadores de Eficácia e Eficiência com **110%**, demonstrando que a meta física planejada foi excedida, gerando mais produtos (bens e serviços) com os recursos orçamentários disponibilizados. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os

recursos inicialmente alocados na Ação foram superiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte. Todavia, sempre que a meta física planejada for excedida, deve-se, primeiramente, confrontá-la com a meta física necessária, a fim de avaliar a necessidade de ajuste dos valores do exercício seguinte;

- c) no caso da Ação **C**, temos os indicadores de Eficácia e Eficiência com **90%**, demonstrando que a meta física planejada não foi atingida, gerando menos produtos (bens e serviços) com os recursos orçamentários disponibilizados. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram inferiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte;
- d) no caso da Ação **D**, temos o indicador de Eficácia com **100%** e o indicador de Eficiência com **111,11%**, demonstrando o alcance efetivo da meta física planejada e a geração de produtos (bens ou serviços) com menos recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram superiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte;
- e) no caso da Ação **E**, temos o indicador de Eficácia com **110%** e o indicador de Eficiência com **122,22%**, demonstrando que a meta física planejada foi excedida, gerando mais produtos (bens e serviços) com menos recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram superiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte. Todavia, sempre que a meta física planejada for excedida, deve-se, primeiramente, confrontá-la com a meta física necessária, a fim de avaliar a necessidade de ajuste dos valores do exercício seguinte;
- f) no caso da Ação **F**, temos o indicador de Eficácia com **90%** e o indicador de Eficiência com **100%**, demonstrando que a meta física planejada não foi atingida, gerando menos produtos (bens e serviços) com menos recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram suficientes para o atingimento da meta física planejada, indicando, todavia, uma execução orçamentária em descompasso com o originalmente planejado;
- g) no caso da Ação **G**, temos o indicador de Eficácia com **100%** e o indicador de Eficiência com **90,91%**, demonstrando o alcance efetivo da meta física planejada e a geração de produtos (bens ou serviços) com mais recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram inferiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte;

- h) no caso da Ação **H**, temos o indicador de Eficácia com **110%** e o indicador de Eficiência com **100%**, demonstrando que a meta física planejada foi excedida, gerando mais produtos (bens e serviços) com mais recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram suficientes para o atingimento da meta física planejada, indicando, no entanto, uma execução orçamentária em descompasso com o originalmente planejado. Todavia, sempre que a meta física planejada for excedida, deve-se, primeiramente, confrontá-la com a meta física necessária, a fim de avaliar a necessidade de ajuste dos valores do exercício seguinte; e
- i) no caso da Ação **I**, temos o indicador de Eficácia com 90% e o indicador de Eficiência com 81,82%, demonstrando que a meta física planejada foi não foi atingida, gerando menos produtos (bens e serviços) com mais recursos orçamentários que o originalmente planejado. Tal constatação pode levar um analista a concluir que os recursos inicialmente alocados na Ação foram inferiores aos que realmente são necessários para o atingimento da meta física planejada, indicando a necessidade de ajustes para o Exercício Financeiro seguinte.

5.4.7 Outros indicadores que possuam correlação direta ou indireta com o desempenho orçamentário do COMAER poderão ser utilizados para a análise técnica de desempenho, visando à proposição de medidas de aprimoramento capazes de alavancar a eficiência na aplicação dos recursos alocados.

6 PROCESSO DE MONITORAMENTO DO PPA

O Plano Plurianual (PPA) trata-se de um instrumento de planejamento, orçamentação, gestão e execução das políticas públicas, organizado por temas a elas relacionados e contendo as orientações para implementação das ações governamentais para atendimento das demandas exigidas pela Sociedade Brasileira que visa viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, bem como orientar a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. Tais políticas públicas se organizam em temas vinculados aos mais diversos problemas da sociedade e se desdobram em um conjunto de Programas específicos que compõe o PPA.

Dessa forma, incumbe à Administração o diligente monitoramento dos resultados provenientes da implementação do PPA, com o propósito de subsidiar a gestão dos programas com informações tempestivas, simples e em quantidade adequada para a tomada de decisão. Por meio das ações de monitoramento, os gestores poderão promover ações corretivas ou mitigadoras, no sentido de imprimir a maior eficiência possível ao processo.

Com base no art. 8º do Decreto 10.321/2020 (Decreto de Gestão do PPA), o monitoramento do PPA incidirá sobre os programas finalísticos e os seus atributos: Objetivos, Metas com seus respectivos Indicadores, Investimentos Plurianuais Prioritários e Resultados Intermediários. O monitoramento também poderá ser subsidiado pelas informações referentes ao processo de acompanhamento das ações orçamentárias e não orçamentárias.

Entre os programas finalísticos constantes do PPA 2020-2023 do Governo Federal, a Força Aérea Brasileira (FAB) contribui diretamente para o Programa 6012 - Defesa Nacional. Com base no anexo I, da Lei 13.971/2019, esse Programa tem como Objetivo preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem constitucional e de suas riquezas e como Meta atingir 75% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas. A medição do desempenho do Programa é realizada por meio do Indicador de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPFA).

Além dos atributos supracitados, existem mais dois: os Resultados Intermediários (RI) e os Investimentos Plurianuais Prioritários (IPP). Este último, previsto no Anexo III do PPA, são as Ações Orçamentárias (investimentos/financeiro) do tipo projeto, considerados prioritários, com conclusão até 2023. Já os Resultados Intermediários são bens ou serviços (produtos/entregas), selecionados pelo órgão como prioritários, e que contribuem de forma relevante para o alcance do objetivo e da meta do Programa. Dos IPP vinculados ao Programa 6012, os projetos FX-2 (Aquisição), KC-390 (Aquisição) e KC-X (Desenvolvimento) estão sob gestão da FAB. Já os RI, produtos ou entregas, sob responsabilidade da FAB, são os Caças FX-2 (RI nº 0148), os Cargueiros Táticos KC-390 (RI nº 0149) e os Helicópteros Multiemprego (RI nº 0150).

Nesse sentido, para fins de materializar uma das finalidades da DCA 11-1/2020, Sistemática de Planejamento de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA), qual seja, harmonizar o planejamento orçamentário-financeiro desenvolvido na Aeronáutica com os Planos e Programas de Governo (subitem “d”, do item 2.2.10, do SPGIA), a 5ª Subchefia do EMAER busca informações sobre os resultados alcançados junto aos setores do COMAER que são protagonistas de macroprocessos que contribuem diretamente para a implementação dos atributos supramencionados (Objetivo, Meta, Indicadores, IPP e RI). Os setores do COMAER responsáveis pela produção das informações

necessárias serão selecionados de acordo com o tipo de informação demandada, a competência institucional (Decreto nº 6.834/2009 e ROCA) e o protagonista e responsável por macroprocessos, processos ou projetos pertinentes (PEMAER e PLANSET).

Segue abaixo a representatividade do fluxo de informações produzidas pelos setores responsáveis sobre os resultados alcançados que contribuem diretamente com os atributos do PPA 2020-2023, com base na SPGIA:

Figura 2 - Visão geral da metodologia do PPA 2020-2023.



Fonte: Estado Maior da Aeronáutica - EMAER.

Por fim, a fiel observância dos dispositivos ora estabelecidos revela-se fundamental para assegurar a divulgação de informações consistentes, fidedignas e exatas sobre as conquistas e os óbices enfrentados pelo COMAER para cumprir seu Planejamento Institucional e contribuir para o alcance do Objetivo do Programa 6012.

6.1 MONITORAMENTO DO PPA 2020-2023

Embora o monitoramento do PPA e a inserção de informações sobre os resultados alcançados dos atributos dos programas seja de responsabilidade do Ministério da Defesa (MD), a instituição responsável pela implementação das atividades inerentes a tais atributos e, por conseguinte, pela produção de informações é cada uma das Forças Armadas, de acordo com a competência institucional.

No âmbito do COMAER, a responsabilidade pela produção de informações concernentes ao monitoramento dos Objetivos, Metas e seus respectivos Indicadores, Investimentos Plurianuais Prioritários e Resultados Intermediários compete aos Órgão de Direção Setorial e Assessoramento direto e imediato ao Comandante da Aeronáutica (ODSA), cuja natureza de atividade seja inerente ao tema vinculado aos respectivos atributos.

O critério utilizado pela Quinta-Subchefia (5SC) do EMAER para definição da responsabilidade pela produção de informações será feito com base nos questionamentos demandados pelo MD, nas competências regimentais com base no Decreto 6.834/2009 (Estrutura regimental da FAB) e respectivos regimentos internos (ROCA e RICA), bem como nos Macroprocessos, Processos, Projetos e Atividades previstas no PEMAER e no PLANSET.

6.1.1 EVENTOS DO MONITORAMENTO DO PPA 2020-2023

De acordo com o item 6.3 do Manual Técnico do Plano Plurianual - MTPPA 2020-2023, ocorrerão três eventos do monitoramento a cada ano:

O 1º evento ocorre 30 dias após a publicação do 1º Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do respectivo exercício (A). Seu objetivo é, com base no planejamento institucional do MD e nas disponibilidades financeiras, pactuar os IPP e os RI que serão entregues no ano, resultando no Plano de Monitoramento.

O Plano de Monitoramento tem como objetivo registrar os principais RI, as principais restrições a serem superadas e as providências necessárias ao alcance de cada resultado (item 6.4 do MTPPA 2020-2023).

Quando da necessidade de pactuação no 1º evento de monitoramento, o MD demanda informações junto aos Comandos das Forças Armadas para registrar ou atualizar as principais restrições e providências relativas aos respectivos RI e/ou IPP.

No âmbito do COMAER, a 5SC/EMAER avalia a viabilidade de atualização e pactuação, contactando, caso necessário, os setores responsáveis pelos Projetos e/ou Atividades vinculados aos RI e/ou IPP.

Os setores responsáveis pela produção das informações no 1º evento deverão:

- a) confrontar os resultados previstos dos RI e/ou IPP para o exercício com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, compatibilizando-os, caso necessário;
- b) identificar as principais restrições que podem impactar negativamente os resultados;
- c) informar quais as principais providências a serem adotadas para contornar as restrições; e
- d) atualizar os resultados previstos no RI e no IPP com base na compatibilização com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do exercício.

O 2º evento de monitoramento ocorre 6 meses após o 1º evento. Seu objetivo é acompanhar a evolução dos resultados pactuados anteriormente e atualizar as restrições, providências e plano de monitoramento dos RI e IPP.

As informações sobre a evolução dos IPP a serem prestadas pelos responsáveis, no 2º evento, são as seguintes:

- a) valor da execução física: Percentual do avanço físico do investimento no exercício corrente;
- b) valor da execução financeira: Valor financeiro executado no 1º semestre do exercício corrente. Tal valor inclui os Restos a Pagar Pago (RAP pago) de todos os exercícios anteriores somados ao orçamento pago do exercício corrente.
- c) data da informação: Data da apuração dos valores informados; e

- d) detalhamento da execução física: quais as entregas ou resultados mais relevantes para o período; qual a situação do investimento (em andamento, paralisado, finalizado): quais realizações representam o percentual de avanço físico informado; avaliar se a execução física-financeira está ocorrendo conforme previsto no PPA; quais os problemas ou dificuldades impactaram o adequado andamento do investimento; e quais as providências adotadas ou a serem adotadas para contornar os óbices.

As informações sobre a evolução dos RI a serem prestadas pelos responsáveis, no 2º evento, são as seguintes:

- a) valor apurado: Valor apurado para a meta do RI, considerando sua respectiva unidade de medida;
- b) data do valor apurado: Data da apuração do resultado da meta do RI;
- c) análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resumo, em texto, sobre a situação do RI, com dados que possam qualificar o resultado, tais como, as principais realizações e os fatores que contribuíram para o alcance da meta prevista, a situação em que se encontra no caso de não alcance da meta prevista, entre outras informações específica que contextualize o resultado;
- d) regionalização: Sempre que possível, os resultados devem ser regionalizados, com base no art. 165, § 1º, da Constituição Federal (CF), o qual assevera que as diretrizes, objetivos e metas do PPA devem ser definidos de forma regionalizada, o que se alinha com o objetivo fundamental da República de reduzir as desigualdades sociais e regionais, previsto no art. 3º, inciso III, da CF. Ressalta-se que tal recomendação tem constato em vários Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o PPA; e
- e) restrições/obstáculos a serem superados: quais as principais restrições ou entraves que impactaram diretamente a evolução do RI, os quais ameaçam o alcance de sua meta, e quais as providências adotadas ou a serem adotadas para tais óbices.

O 3º evento de monitoramento ocorre 60 dias após o encerramento do exercício financeiro. Seu objetivo é registrar o desempenho no alcance do objetivo, meta, indicador e RI do Programa; e a evolução na execução dos investimentos plurianuais prioritários e das ações não orçamentárias.

No que se refere ao alcance do objetivo, meta e indicador, espera-se que sejam descritas as principais realizações do ano, os fatores que contribuíram ou dificultaram a execução do Programa, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes, as entregas e resultados relevantes do período. As informações sobre a evolução dos RI e dos IPP a serem prestadas pelos responsáveis são as mesmas do 2º evento.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Esse Manual substitui o MCA 170-1, de 2020, aprovado por meio da Portaria EMAER nº 15/CEMSEC, de 24 de março de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 51, de 27 de março de 2020.

7.2 Os casos não previstos neste Manual deverão ser submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964.

_____. Lei Federal nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília, DF, 2019.

_____. Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF, 2021.

_____. Lei Federal nº 14.194, de 20 de agosto de 2021. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Brasília, DF, 2021.

_____. Lei Federal nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Lei Orçamentária Anual. Brasília, DF, 2022.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

_____. Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

_____. Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Brasília, DF, 2020.

_____. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. Brasília, DF, 2020.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

_____. Resolução nº 1, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo. Brasília, DF, 2006.

_____. Resolução nº 3, de 25 de setembro de 2015. Altera a Resolução nº 1, de 2006 - CN, para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.

_____. Ministério da Economia. Manual Técnico de Orçamento 2023 - MTO 2023, Brasília, DF, 2022.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria EMAER nº 35/6SC, de 5 de junho de 2020. Aprova a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica - Volume 1 - Planejamento- DCA 11-1. Brasília, DF, 2020.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 129/GC4, de 5 de março de 2007. Aprova a Diretriz que dispõe sobre Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica - DCA 400-6. Brasília, DF, 2007.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 75/GC4, de 8 de abril de 2021. Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo Planejamento, Gestão e Acompanhamento da execução orçamentária das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários (PO), sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER). Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 182/GC3, de 19 de novembro de 2021. Aprova a Diretriz de Planejamento Institucional. DCA 11-118. Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 264/GC6, de 4 de junho de 2012. Dispõe sobre a sistemática de solicitação de crédito para atender situações de emergência e/ou urgência e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021. Aprova a edição do Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e). Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2.170/GC4, de 12 de dezembro de 2019. Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre Missões Aéreas de Apoio Externo. DCA 55-42. Brasília, DF, 2020.

_____. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 582/GC4, de 05 de maio de 2015. Regulamenta os procedimentos para a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, termos de parceria, protocolos de intenções e instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos no âmbito do Comando da Aeronáutica, nos termos que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, 2015.

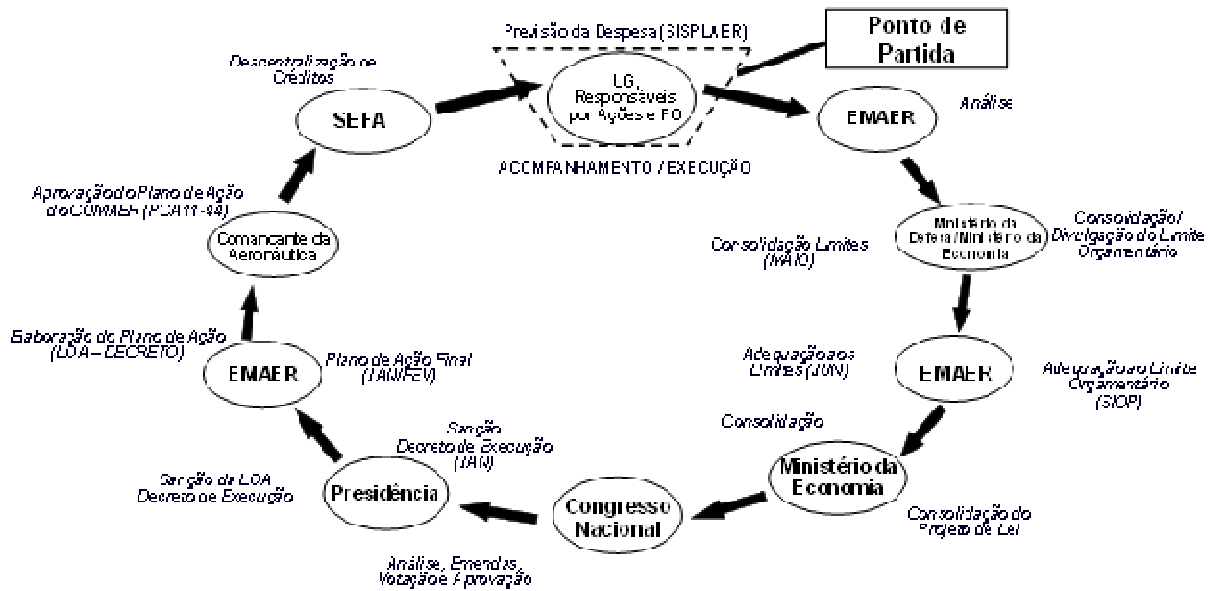
_____. Comando da Aeronáutica. Manual de Gerenciamento de Portfólio de Projetos no COMAER, MCA 17-1. Estado-Maior da Aeronáutica. Brasília, DF, 2021.

_____. Comando da Aeronáutica. Manual de Contratações Públicas do COMAER. Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Manual Eletrônico. Disponível em: http://www.diref.intraer/images/conteudo/legislacao/manuais/manuais_eletronicos/manual_de_contratacoes_publicas_do_comaer/manual_contratacoes_comaer.pdf.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica, MCA 172-3. Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Manual Eletrônico. Disponível em: <http://www.sefa.intraer/index.php/servicos/manuais/mca-172-3>.

_____. Ministério da Economia. Manual Técnico do Plano Plurianual 2020-2023, MTPPA 2020-2023. Manual Eletrônico. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/manual_tecnico_ppa20202023.pdf/view.

ANEXO A

CICLO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO B
COMANDO DA AERONÁUTICA
UNIDADE RESPONSÁVEL

RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DE EMENDA PARLAMENTAR

1. NÚMERO DA EMENDA E ANO:

2. APLICAÇÃO DA EMENDA

O que foi adquirido?	Neste campo, a OM Beneficiária deverá relatar o que foi adquirido (manter coerência com a Proposta de Emenda Parlamentar).
Quanto foi adquirido?	Neste campo, a OM Beneficiária deverá relatar a quantidade de itens que foi adquirida (manter coerência com a Proposta de Emenda Parlamentar).
Por que foi adquirido?	Neste campo, a OM Beneficiária deverá expor o porquê da escolha dos materiais, serviços ou equipamentos a serem comprados (manter coerência com a Proposta de Emenda Parlamentar).

Cabe ressaltar que a aplicação da emenda deverá estar alinhada com a descrição do campo “JUSTIFICATIVA” do espelho da Emenda.

3. BENEFÍCIOS ALCANÇADOS

A OM deverá relatar os benefícios alcançados para a organização, família militar, FAB, comunidade local ou país com essa destinação de recursos. (Como, por exemplo, ampliação do atendimento no Setor de Radiologia de XX para XX pacientes diários).

4. VALOR APLICADO

A OM deverá inserir o valor aplicado para atendimento da necessidade.

5. MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Inserir fotos dos materiais, serviços ou equipamentos recebidos para a remessa dessas informações ao Parlamentar que indicou os recursos.

ELABORADO POR:

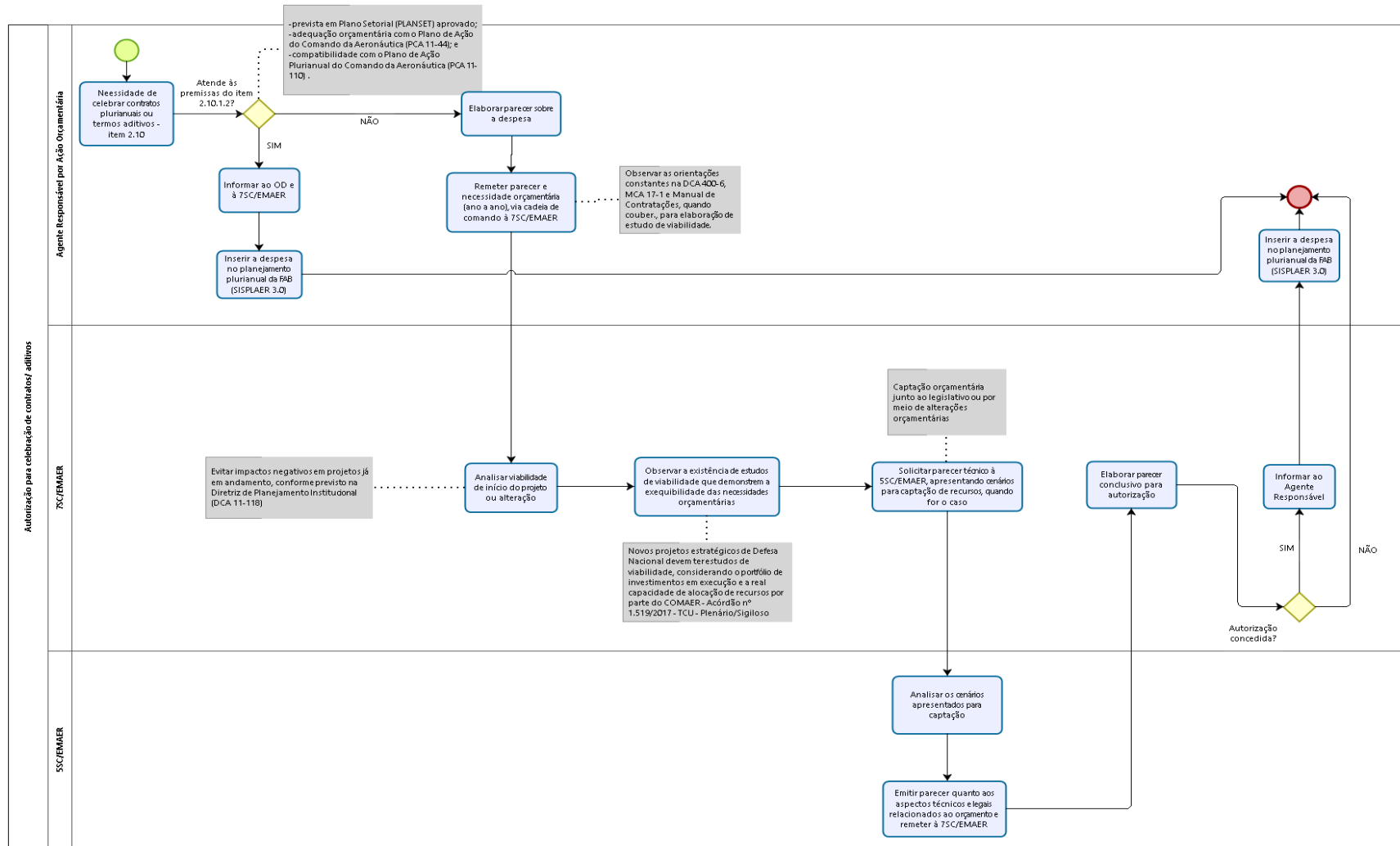
AGENTE RESPONSÁVEL

APROVADO POR:

ODSA

ANEXO C


AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS PLURIANUAIS



ANEXO D

ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DESTACADOS

58/62

 MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA							
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE CRÉDITO - DESTAQUES							
1. DADOS DA UNIDADE RESPONSÁVEL / EXECUTORA							
COD. DA UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL: 120XXX - SIGLA DA UGR				COD. DA UNIDADE EXECUTORA: 120XXX - SIGLA DA UGE			
2. DADOS DO OBJETO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO							
2.1 FINALIDADE DO CRÉDITO							
<i>Descreva a finalidade para o qual o crédito foi descentralizado</i>							
3. DETALHAMENTO DA NOTA DE CRÉDITO							
Nº NOTA DE CRÉDITO	DATA DE DESCENTRALIZAÇÃO	PTRES	Nº TRANSFERÊNCIA SIAFI (Em caso de TED)	PLANO INTERNO	VALOR RECEBIDO (EM R\$1,00)	VALOR UTILIZADO (EM R\$1,00)	SALDO (EM R\$1,00)
2020NC00XXX	20/01/2020	XXXXX	12345	D00030001001	R\$ 99.510,67	R\$ 99.396,94	R\$ 113,73

MCA 170-1/2022

TOTAL					R\$ 99.510,67	R\$ 99.396,94	R\$ 113,73
4. EXECUÇÃO DO OBJETO:							
(x) HOUVE CUMPRIMENTO TOTAL () HOUVE CUMPRIMENTO PARCIAL () HOUVE DEVOLUÇÃO INTEGRAL							
5. DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EXECUÇÃO DO CRÉDITO							
Informe as dificuldades encontradas							

6.JUSTIFICATIVAS PARA INUTILIZAÇÃO DO CRÉDITO	
6.1 AINDA HAVERÁ EXECUÇÃO? SIM () NÃO ()	6.2 QUAL O PRAZO? ____/____/____
1. Exponha o motivo da não utilização do crédito ou informe a expectativa de utilização (neste caso informe o prazo).	

7. DETALHAMENTO DO OBJETO						
DESCRIÇÃO	FÍSICO			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	QUANT.	QUANT. PREVISTA	QUANT. EXECUTADA	VALOR EMPENHADO (EM R\$1,00)	NOTA DE EMPENHO	PREVISÃO DE LIQUIDAÇÃO
Materiais para operações de controle	Und	2	0	R\$ 10.000,00	NE000XXX	DD/MM/AAAA
Serviço de manutenção de viaturas	Svç	4	4	R\$ 15.000,00	NE000XXX	DD/MM/AAAA
VALOR TOTAL				R\$ 25.000,00		

8. DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO

Declaro que os recursos recebidos por meio da descentralização de crédito foram utilizados em estrita observância ao objeto e metas propostas.

Local/UF, xx de mês de ano

Nome Responsável
Cargo

ANEXO E

COMANDO DA AERONÁUTICA

UNIDADE RESPONSÁVELRELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

1. FINALIDADE:		
Encaminhar o Relatório de Cumprimento do Objeto previsto no Termo de Execução Descentralizada nº <i>(identificação do número e ano do instrumento)</i> , celebrado entre o <i>(identificação da Unidade Descentralizadora)</i> e o <i>(identificação da Unidade Descentralizada)</i> , para execução do objeto <i>(descrição do objeto pactuado)</i> .		
2. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS		
Créditos Orçamentários Recebidos:		
Documentos de lançamento no SIAFI de execução dos créditos: 20XXNE0000XX, 20YYNE0000YY		
Créditos Orçamentários Devolvidos:		
Recursos Financeiros Recebidos:		
Documentos de lançamento no SIAFI de execução dos recursos: 20XXOB0000XX, 20YYOB0000YY		
Recursos Financeiros Devolvidos:		
3. ASPECTOS RELACIONADOS À FORMA DE EXECUÇÃO		
Execução direta, por meio da utilização da força de trabalho da Unidade Descentralizada	Valor:	
Execução por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública	Valor:	
Execução descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres	Instrumento:	Valor:
	Instrumento:	Valor:
4. ASPECTOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO PACTUADO		
4.1. Meta 1		
4.1.1. Valor gasto com as atividades da meta 1:		
4.1.2. Relatório da execução das atividades e produtos previstos para a meta 1:		
4.2. Meta 2		
4.2.1. Valor gasto com as atividades da meta 2:		
4.2.2. Relatório da execução das atividades e produtos previstos para a meta 2:		
[...]		

<i>Observações: deve a unidade descentralizada tratar de eventuais subdescentralizações, execuções por uso de contratos ou execuções indiretas utilizadas em cada uma das metas acima</i>
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
6. RESULTADO FINAL DA EXECUÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA
Local e data
Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada